



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>
(79) 3209-8694_selic@tre-se.jus.br

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025****PROCESSO 0003910-18.2025.6.25.8000****ATENÇÃO**

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs [754/2015](#), [2.146/2022](#) e [316/2024](#) - Plenário), **alerta-se** para que as(os) licitantes analisem detalhadamente o Edital e os seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, dentre outras condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, sujeitará a(o) licitante às sanções administrativas (penalidades) cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

SUMÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA
CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO
CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)
CLÁUSULA SEXTA - DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006
CLÁUSULA SÉTIMA - DA NEGOCIAÇÃO
CLÁUSULA OITAVA - DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)
CLÁUSULA NONA - DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA - DA ETAPA RECURSAL
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (penalidades em sede de processo licitatório)
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE/SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica às(aos) interessadas(os) que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, dirigida por sua(su) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designadas(os) pela Portaria TRE/SE 318/2023, e regida pela Lei 14.133/2021, pela Lei 13.709/2018, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 92.100/1985, 7.983/2013 e 11.246/2022, pela Resolução CNJ 114/2010, pela Resolução TRE/SE 120/2015, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Ato Convocatório e em seu(s) anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE, DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NA SEDE DO TRE/SE, EM ARACAJU, E EM ZONAS ELEITORAIS DO ESTADO**.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**LICITAÇÃO DESTINADA À AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORAS(ES)** (Lei Complementar 123/2006)**Dia:** 03/07/2025.**Horário:** 9h (horário de Brasília/DF).**Endereço eletrônico:** <http://www.gov.br/compras> (Portal Compras.gov.br).**Código UASG:** 070012.**Valor de Referência (total):** R\$ 911.881,49 (novecentos e onze mil oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos).**Prazo de execução:** 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da ordem de serviço.**Prazo de vigência:** 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar da assinatura do contrato.**Critério de Julgamento:** MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM.**Modo de Disputa:** ABERTO.**Programa(s) de Trabalho:** 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral (PTRES: 167686).**Grupo de Natureza de Despesa:** Outras Despesas Correntes.**Data-limite para esclarecimento e impugnação:** 30/06/2025.**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

1.1 Esta licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução dos serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do estado**, conforme contemplado no Plano de Contratações Anual (PCA 2025 - Portaria TRE/SE 4/2024) e atualizações, e de acordo com as condições e as exigências estabelecidas neste instrumento e em seu(s) anexo(s).

1.2 A licitação será realizada em item único, consoante descrição constante do Anexo **ESPECIFICAÇÕES**.

1.3 Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)

2.1 Do Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf)

2.1.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras>).

2.1.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(seu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 O uso da senha de acesso ao Portal Compras.gov.br é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(seu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros pessoas.

2.1.3 As(Os) licitantes ou sua(seu) representantes legais deverão estar previamente credenciadas(os) junto ao órgão provedor no **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.1.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.1.5 É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos referidos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.5.1 A não observância do disposto no item 2.1.5 poderá ensejar exclusão da(o) licitante no momento da habilitação.

2.1.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, para as empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (quando admitida a participação dessa última) mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto 8.538/2015.

2.1.7 Orientações a respeito do acesso ao Portal Compras.gov.br e demais procedimentos detalhando sua operacionalização estão disponíveis no *Manual Operacional do Pregão Eletrônico - Visão Fornecedor* (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/>).

2.2 Das Declarações

2.2.1 No ato de registro da proposta, a(o) licitante assinalará "sim" ou "não", em campo próprio do sistema eletrônico, referente a declarações firmadas nos seguintes termos:

a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do Ato Convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

c) Atendo aos requisitos de habilitação previstos no Instrumento Convocatório.

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a eventual superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante.

e) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observo os incisos III e IV do artigo 1º e cumpro o disposto no inciso III do artigo 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar [no caso de licitante enquadrada(o) como microempresa ou empresa de pequeno porte e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) que deseje usufruir da preferência estabelecida nos aludidos regimentos].

2.2.2 Em havendo outras declarações a serem prestadas, disponibilizadas pelo Sistema Comprasgov, estas também deverão ser preenchidas/assinaladas.

2.2.3 Caso a(o) fornecedora(fornecedor) não formalize as declarações, poderá ser impedida(o) de enviar a proposta ou ser inabilitada(o), conforme aviso emitido pelo sistema.

2.2.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.2.4.1 A falsa declaração relativa ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) pode configurar fraude à licitação e sujeitar a(o) licitante, AINDA QUE NÃO LOGRE PROVEITO, à declaração de inidoneidade para participar de certames da Administração Pública Federal ou daqueles em que haja utilização de recursos federais ([Acórdão 2294/2022 - TCU - Plenário](#)).

2.3 Da verificação de existência de sanção administrativa (penalidade) que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

2.3.1 A verificação de eventual existência de sanção impeditiva será realizada pela(o) Pregoeiro(a) logo após o encerramento da etapa competitiva (fase de lances), de acordo com a ordem de classificação da(o)s licitante(s), por meio de consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10614424770367::NO:3_4_6::).

2.3.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" do item 2.3.1 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

2.3.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(seu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(o) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).

2.3.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (Sicaf) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.3.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

2.3.4 A(O) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

2.4 Não poderão participar deste certame, conforme o caso:

2.4.1 Empresas cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão;

2.4.2 Aquela(e) que não atenda às condições deste Ato Convocatório e de seu(s) anexo(s);

2.4.3 Autora(Autor) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de materiais/bens a ele relacionados;

2.4.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual a(o) autora(autor) do projeto seja dirigente, gerente, controladora(controlador), acionista ou detentora(detentor) de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnica(o) ou subcontratada(o), quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de materiais/bens a ele necessários;

2.4.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.5.1 O impedimento de que trata o item 2.4.5 será também aplicado à(o) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da(o) licitante.

2.4.6 Aquela(e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente pública(o) que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.4.8 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadoras(es) a condições análogas às de escravo(o) ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4.9 Agente pública(o) do órgão ou entidade licitante;

2.4.9.1 A vedação de que trata o item 2.4.9 estende-se a terceira pessoa que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializada(o), funcionária(o) ou Representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.4.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.4.11 Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução contratual, agente pública(o) do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

2.4.12 Sociedades cooperativas, conforme explicitado no item **4.6** do **Anexo Termo de Referência**.

2.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a(o) autora(autor) dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.4.2** e **2.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6 Equiparam-se às(aos) autoras(es) do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7 O disposto nos itens **2.4.3** e **2.4.4** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da(o) Contratada(o) a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea, **nos termos da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA

3.1 Caso julgue necessário para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante PODERÁ realizar vistoria/visita técnica nos/aos locais da prestação do serviço, acompanhada(o) por servidora(servidor) designada(o) para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, mediante agendamento prévio na Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SEENG) ou por meio do telefone (79) 3209-8645/8872 ou ainda pelo e-mail seeng@tre-se.jus.br e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à sua execução.

3.2 Para a visita/vistoria, a(o) licitante, ou o sua(seu) representante legal, deverá estar devidamente identificada(o) e habilitada(o), mediante a apresentação de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa e assinado por sua(seu) responsável.

3.3 O prazo para visita/vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública ([Acórdão TCU 906/2012 - Plenário](#)).

3.4 A visita/vistoria deverá ocorrer individualmente com cada uma(um) das(os) licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

3.5 A não realização da visita/vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, devendo a(o) licitante vencedora(vencedor) assumir o ônus dos serviços decorrentes ([Acórdão TCU 110/2012 - Plenário](#)).

CLÁUSULA QUARTA DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

4.1 A(O) licitante deverá registrar proposta em conformidade à descrição do objeto ofertado, a partir de **12 de JUNHO de 2025**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública (**03 de JULHO de 2025**), em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.1.1 Até a abertura da sessão pública, as(os) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

4.1.1.1 As(Os) licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos, quando for o caso, para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões a Normas Técnicas ou regulamentos, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento, no **prazo de até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.1.2 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias contado de sua recepção, contando-se para esse fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Ato Convocatório**.

4.1.3 As(Os) licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do Sicaf, assegurado às(aos) demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.3.1 É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data de recebimento das propostas.

4.1.3.1.1 O descumprimento dessa obrigação implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto nas hipóteses do artigo 64 da Lei 14.133/2021 e se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

4.1.4 As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e, quando admitida sua participação, as sociedades cooperativas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, da LC nº 123/2006.

4.1.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, artigo 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(a), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.1.4.1.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento, sendo facultado à(o) Pregoeira(a) convocar as(os) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

4.2 A proposta deverá contemplar/observar:

4.2.1 Preços, em moeda corrente nacional, observando-se as especificações indicadas nos anexos a este Instrumento e inclusive os encargos ou as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

4.2.1.1 A elaboração da proposta estará condicionada ao preenchimento da Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, conforme modelo disponibilizado à(o) licitante.

4.2.2 Especificações do objeto e prazos conforme previsto neste Ato Convocatório e nos anexos que o integram.

4.2.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante do(s) anexos a este Instrumento.

4.2.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

4.2.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

4.3 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e de julgamento da proposta.

4.4 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances e em momento próprio.

4.5 A(O) licitante será responsabilizada(o) formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por sua(seu) Representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros pessoas.

4.5.1 Será responsável, ainda, pelo acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, suportando o ônus decorrente da perda de negócios, em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

CLÁUSULA QUINTA DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)

5.1 A(O) Pregoeira(a), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Ato Convocatório, com a divulgação das propostas recebidas.

5.1.1 A(O) Pregoeira(a) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto/serviço, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

5.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos do item.

5.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.2.1 O modo de disputa será aberto e os lances serão ofertados pelo valor total do item.

5.2.2 A(O) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

5.2.3 A(O) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado pelo sistema eletrônico, **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

5.2.5 A(O) Pregoeira(o) ou a Comissão de Contratação, quando a(o) substituir, poderá, durante a disputa, **como medida excepcional**, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, **mediante comunicação eletrônica automática via sistema**.

5.3 Durante a sessão pública, as(os) licitantes serão informadas(os), em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.

5.4 A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.

5.4.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.4.2 Não havendo novos lances, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

5.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico, poderá a(o) Pregoeira(o) [ou a Comissão de Contratação, quando a(o) substituir], assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, notadamente se a diferença entre a melhor proposta (lance) e aquela classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento).

5.6 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 60, da Lei nº 14.133/2021, inclusive na hipótese de não haver o envio de lances após o início da etapa competitiva.

5.6.1 Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o artigo mencionado no item **5.6**, será realizado o **sorteio** das propostas empatadas no próprio sistema de compras governamentais.

CLÁUSULA SEXTA

DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

6.1 Será adotado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e no decreto 8.538/2015, conforme detalhado nesta Cláusula.

6.1.1 A obtenção de benefícios a que se refere esta Cláusula fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, **no ano-calendário de realização da licitação**, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados excedam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir da(o) licitante declaração de observância desse limite na licitação.

6.1.2 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, **se esta for empresa de maior porte**, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.1.2.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.1.2.2 A melhor classificada nos termos do item **6.1.2.1** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.1.2.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas(os) as(os) demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item **6.1.2.2**.

6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a(o) vencedora (vencedor) para o encaminhamento da oferta final do desempate.

6.3 A(o) licitante convocada(o) que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, terá precluso o direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.4 Na hipótese de não incidência da preferência prevista nesta Cláusula, o procedimento licitatório prossegue com as(os) demais licitantes.

6.5 O benefício a que alude esta cláusula estende-se às sociedades cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei 11.488/2007, quando admitida sua participação.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA NEGOCIAÇÃO

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a(o) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à(ao) licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital ([Acórdão TCU 2.622/2021](#)-Plenário).

7.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas(os) demais licitantes.

CLÁUSULA OITAVA

DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)

8.1 A(O) licitante melhor classificada(o) deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma da **Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários** constante como anexo a este Instrumento, no **prazo concedido pela(o) Pregoeira(o), que será de no mínimo 2 (duas) horas** contadas da convocação, prorrogável nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (artigo 29, § 2º).

8.1.1 A **Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários** deverá detalhar cada item de serviço contemplado no cronograma físico-financeiro, com valores unitários e respectivas totalizações, **sendo vedada** a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na composições de preços unitários, bem como a indicação de item/serviço como **VERBA** ([Súmula TCU 254](#)).

8.2 Os seguintes documentos deverão ser apresentados, conjuntamente e em prazo comum, com a proposta adequada ao último lance (**Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários**):

8.2.1 Cronograma físico-financeiro, em etapas mensais compatíveis com o prazo de **150 (cento e cinquenta) dias** fixado para execução contratual, detalhado com prazos de início e término de cada uma das atividades necessárias à execução dos serviços correspondentes a cada etapa, os percentuais previstos acumulados, os custos totais previstos de cada etapa e acumulados e o custo total geral, compreendendo todas as despesas com a execução do objeto pactuado, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e por extenso, nos moldes do correspondente anexo a este Ato Convocatório.

8.2.2 Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais, Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI e Planilha de Composições de Preços Unitários, nos moldes dos correspondentes anexos a este Ato Convocatório.

8.2.3 Planilha de Composições de Preços Unitários do Empreendimento, na forma do respectivo Anexo a este Ato Convocatório, indicando, separadamente, os valores de materiais, mão de obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos, **não sendo permitida** a indicação apenas de percentuais para material e mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes, inclusive em percentual.

8.3 A Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, a Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e a Planilha de Detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI são referenciais, devendo o valor global apresentado contemplar a execução integral dos serviços, de modo que quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE, **ressalvado o disposto no artigo 13, II, do Decreto 7.983/2013**, em que a(o) Contratada(o) obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contratação.

8.3.1 O mencionado percentual integrará o limite estabelecido no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

8.4 Na hipótese de as Planilhas serem apresentadas com incorreções, a Pregoeiro(a) poderá conceder prazo à(ao) licitante, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa acolhida pela(o) Pregoeiro(a), para que proceda aos devidos ajustes.

8.5 Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços e o(s) respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pela(o) Pregoeiro(a), prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços apresentado(s).

8.6 Será desclassificada(o) a(o) licitante que não corrigir a proposta, não demonstrar a corresponde exequibilidade ou não justificar eventuais falhas apontadas pela(o) Pregoeira(o):

8.6.1 Não será aceita a proposta que:

8.6.1.1 Contiver vícios insanáveis.

8.6.1.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital.

8.6.1.3 Registrar preço acima do orçamento estimado para a contratação (valor de referência).

8.6.1.4 Apresentar preço(s) unitário(s) superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Termo de Referência (item 1.2.2)** e da **Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários**.

8.6.1.5 Possuir preço(s) de etapas superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Cronograma físico-financeiro**.

8.6.1.6 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

8.6.1.6.1 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.6.1.6.1.1 A(O) Pregoeiro(a), ao analisar a proposta apresentada, dará à(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade ([Súmula TCU 262](#) e artigo 34 da [IN SEGES/ME 73/2022](#)).

8.7 A(O) licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada(o) e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento.

8.8 Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou de a(o) licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

CLÁUSULA NONA DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

9.1 A habilitação das(os) licitantes provisoriamente classificadas(os) em 1º (primeiro) lugar será julgada com base nos documentos encaminhados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>), após a aceitação da proposta.

9.2 Para as **habilitações fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos:

9.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.2 Inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da(o) licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2.3 Regularidade perante a Fazenda federal e a Fazenda municipal do domicílio ou sede da(o) licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.4 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.2.6 O cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.3 Para fins de **habilitação econômico-financeira**, serão exigidos:

9.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante (artigo 69, II, da Lei nº 14.133/2021).

9.3.2 Comprovante de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório.

9.3.2.1 No caso de empresa criada no exercício financeiro da licitação, será autorizado substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.3.2.2 Quando o certame prever mais de 1 (um) item, na hipótese de a(o) licitante vencer 2 (dois) ou mais deles, o percentual deverá incidir sobre a soma dos itens correspondentes [10% de (V1 + V2 + V3...)].

9.4 Para fins de **habilitação técnico-profissional**, serão exigidos:

9.4.1 Registro/inscrição junto ao Conselho de Classe Profissional a cuja jurisdição pertençam a(o) **licitante** e a(o) **responsável técnica(o)** por ela(e) indicada(o), o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física ou de Relatórios atinentes à empresa e à(o) profissional, emitidos via consulta ao sítio do Conselho Profissional correspondente.

9.4.1.1 A(O) profissional indicada(o) pela(o) licitante deverá participar da execução do serviço objeto da licitação, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo TRE/SE.

9.4.2 Certidões ou atestados **em nome da(o) profissional indicada(o) como responsável técnica(o)**, regularmente emitidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou neles registrados, que demonstrem capacidade operacional na execução do seguinte serviço:

SERVIÇO (PARCELA)	QUANTIDADE
Execução de pintura de paredes, teto, piso, esquadrias de madeira e de ferro	4.500,00 m²
Fornecimento e instalação de Vidro Temperado	18,00 m²
Execução de alvenaria de bloco cerâmico	165,00 m²
Fornecimento e instalação de revestimento cerâmico	310,00 m²

9.4.2.1 A exigência prevista no item 9.4.2 considera as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, ou seja, as que têm valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, em conformidade com o artigo 67, § 1º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.4.2.2 Admite-se a soma de atestados.

9.4.2.3 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do Contratante e da(o) Contratada(o), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se houver) e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

9.4.2.4 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

9.4.2.4.1 Consideram-se pertencentes ao mesmo grupo empresarial empresas controladas por ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da proponente.

9.4.2.5 Para comprovação do vínculo da empresa com a(o) profissional por ela indicada(o), devidamente reconhecida(o) pelo Conselho Profissional, detentora(detentor) do(s) atestado(s) de capacidade técnica e/ou da(s) certidão(ões) de acervo técnico, deve-se apresentar, alternativamente:

9.4.2.5.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a(o) licitante como Contratante.

9.4.2.5.2 Contrato social da(o) licitante em que conste a(o) profissional como sócia(o).

9.4.1.5.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).

9.4.1.5.4 Declaração de contratação futura da(o) profissional detentora(detentor) do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência desta(e).

9.4.1.5.5 Certidão do CREA ou do CRT em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).

9.5 Se a(o) licitante provisoriamente classificada(o) em 1º (primeiro) lugar não for habilitada(o), a(o) Pregoeiro(a) procederá conforme o item 8.8.

CLÁUSULA DÉCIMA DA ETAPA RECURSAL

10.1 À(Ao) licitante é possível recorrer no prazo de **3 (três) dias úteis** contado da data de intimação ou de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata):

10.1.1 Do julgamento das propostas.

10.1.2 Do ato de habilitação ou inabilitação.

10.1.3 Da anulação ou revogação da licitação.

10.2 Dispondo o recurso sobre o *julgamento das propostas* ou sobre o *ato de habilitação ou inabilitação de licitante*, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.1 O prazo para manifestar intenção de recurso será configurado pela(o) Pregoeiro(a) no curso da sessão pública, respeitando-se o mínimo de 10 (dez) minutos (mínimo definido pelo próprio sistema).

10.2.2 Na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das **razões recursais (3 dias úteis)** será iniciado na data de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata).

10.2.3 A apresentação do recurso se dará em **fase única**.

10.3 O recurso deverá ser encaminhado em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) e dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento dos autos.

10.4 O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

10.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.7 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10.8 Será assegurado à(ao) licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e esgotado(s) o(s) recurso(s) administrativo(s) [quando existente(s)], o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

11.1.1 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11.1.2 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.

11.1.3 Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.

11.1.3.1 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

11.1.4 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros pessoas, sempre que presente ilegalidade insanável.

11.1.4.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

11.1.4.2 Nos casos de anulação e de revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação das(os) interessadas(os).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO

12.1 Homologado o resultado deste Pregão Eletrônico, a(o) licitante vencedora(vencedor) será convocada(o) para assinatura do contrato dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.1 Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela(o) licitante vencedora(vencedor) em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

12.2 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(o) licitante vencedora(vencedor) durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/SE.

12.3 Por ocasião da assinatura do contrato, será verificado, por meio do Sicaf e de outros meios, se a(o) licitante vencedora(vencedor) mantém as condições de habilitação.

12.4 Quando a(o) licitante convocada(o) não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada(o) outra(o) licitante para assiná-lo após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

12.4.1 A recusa injustificada da(o) adjudicatária(o) em assinar o contrato no prazo estabelecido nesta Cláusula caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a(o) sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

13.1.1 O pedido de esclarecimento ou de impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE/SE, cujo horário de funcionamento é das **07:00h às 13:00h**.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e **vinculará as(os) participantes e a Administração**.

13.2.1 O pedido de esclarecimento ou de impugnação e sua resposta estarão disponíveis no Portal Compras.gov.br e no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes> (pesquisar pelo ano e pelo número da licitação).

13.2.2 A resposta da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Equipe de Planejamento da Contratação.

13.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos **não possuem efeito suspensivo**, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

13.4 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (penalidades em sede de processo licitatório)

14.1 À(o) **licitante** que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, poderá ser aplicada a penalidade de:

14.1.1 **Impedimento de licitar e de contratar com a União:**

14.1.1.1 **Por até 2 (dois) meses**, quando deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

14.1.1.2 **Por até 4 (quatro) meses:**

a) Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

a.1) O retardamento na execução do certame referido é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

b) Quando não mantiver a proposta.

b.1) A não manutenção da proposta verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou de falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

14.1.1.3 **Por até 12 (doze) meses**, quando recusar-se a assinar/receber o respectivo Instrumento de Contratação (Nota de Empenho ou Contrato).

14.1.2 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**:

14.1.2.1 Quando apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.2.2 Quando fraudar a licitação.

14.1.2.3 Quando se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a licitação.

14.1.2.4 Quando praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.2.5 Quando praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

14.2 Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

14.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.4 Para aplicação das sanções previstas, deve ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (duas/dois) ou mais servidoras(es) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) licitante para, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.4.1 A intimação da(o) **licitante se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento)**.

14.5 A competência para aplicação da penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

14.6 A competência para a **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** é da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo Pedido de Reconsideração no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento.

14.7 A intimação da(o) **licitante acerca da decisão de penalidade, inclusive em sede de Recurso e de Pedido de Reconsideração, será efetivada mediante publicação de Aviso no Diário Oficial da União (DOU) e encaminhamento da íntegra da decisão por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento)**.

14.8 Na hipótese de eventual instauração de processo administrativo sancionatório, a respectiva instrução processual competirá:

14.8.1 À Seção de Licitações (SELIC), nas hipóteses de atos infracionais praticados no curso da licitação.

14.8.2 À Seção de Contratos (SECON), nas hipóteses de atos infracionais praticados após a adjudicação do objeto.

14.9 Infrações verificadas no decorrer da vigência contratual encontram-se disciplinadas no Termo de Referência anexo a este Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO

15.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 É facultada à(ao) licitante a complementação referente a documento ausente, comprobatório de condição atendida quando da apresentação de sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeiro(a) em sede de diligência (Acórdãos TCU Plenário 1.211/2021 e 966/2022).

16.1.1 O encaminhamento da documentação complementar deve observar o prazo estipulado pela(o) Pregoeiro(a), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo ser prorrogado, desde que acolhida a justificativa da(o) licitante, se não for possível o saneamento por meio de consulta a sítios oficiais disponíveis na internet.

16.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) e/ou a comissão de licitação, conforme o caso, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em relatório de julgamento (ata) e acessível às(aos) licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

16.3 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de erros/falhas ou comprovação da veracidade das informações prestadas, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

16.4 Em caso de desconexão da(o) Pregoeiro(a) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeiro(a) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

16.4.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada após decorridas, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato às(aos) participantes no sítio eletrônico utilizado para a divulgação (<http://www.gov.br/compras>).

16.5 Poderá a(o) Pregoeiro(a), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, para rever, justificadamente, quaisquer atos praticados durante as etapas de julgamento da(s) proposta(s), de habilitação ou recursal da sessão pública do certame.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE/SE, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.7 Os horários estabelecidos no Edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.8 A sessão pública do certame poderá ocorrer no período das 9h às 18h, em dias de expediente no TRE/SE.

16.8.1 Se a sessão pública, iniciada no período da manhã, se prolongar durante o período vespertino - ou seja, para além das 13 (treze) horas -, poderá haver concessão de intervalo mínimo de 1 (uma) hora, para repouso e alimentação, a critério da(o) Pregoeira(o).

16.8.2 As atividades de suspensão e de reabertura da sessão pública são exclusivas da(o) Pregoeira(o), cabendo à(ao) licitante o acompanhamento dos registros no *chat* do sistema informatizado.

16.9 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, da Gestão/Fiscalização da Contratação, da(s) forma(s) de pagamento, do reajustamento de preço, da garantia à execução da contratação e das penalidades em sede de execução contratual constam do Termo de Referência, das Especificações e/ou da Minuta de Contrato, que integram o rol de anexos deste Instrumento.

16.10 Informações sobre o Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694/8717, durante o horário de expediente, ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

16.11 Integram este Ato Convocatório os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I – Termo de Referência.

16.11.2 Anexo II – Especificações.

16.11.3 Anexo III – Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários (Planilha de Venda sem desoneração - formatos pdf, excel e orse).

16.11.4 Anexo IV - Cronograma Físico Financeiro.

16.11.5 Anexo V - Planilha de Detalhamento de Encargos Sociais.

16.11.6 Anexo VI - Planilha de Detalhamento dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

16.11.7 Anexo VII - Cronograma de Desembolso.

16.11.8 Anexo VIII - Planilha de Composições de Preços Unitários.

16.11.9 Anexo IX - Projetos.

16.11.9.1 Anexo IX-a: SEDE

16.11.9.2 Anexo IX-b: Aquidabã/SE.

16.11.9.3 Anexo IX-c: Capela/SE.

16.11.9.4 Anexo IX-d: Maruim/SE.

16.11.9.5 Anexo IX-e: Nossa Senhora do Socorro/SE.

16.11.10 Anexo X - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

16.11.11 Anexo XI - Termo de Ciência.

16.11.12 Anexo XII: Minuta de Contrato.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DADOS DO PROCESSO	
Número:	0001654-05.2025.6.25.8000
Objeto:	Contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução dos serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do estado.
Unidade Solicitante:	SEENG.
Unidade(s) Demandante(s):	SEENG.
Equipe de Planejamento da Contratação:	
Integrante Demandante:	Marcos Vinicius Santos Muniz Prado (SEENG) ou substituta(o) designada(o).
Integrante Técnico:	Marcos Vinicius Santos Muniz Prado (SEENG) ou substituta(o) designada(o).
Integrante Administrativo:	Ricardo Loeser de Carvalho Filho (ASPLAN-SAO) ou substituta(o) designada(o).
Estudos Técnicos Preliminares	https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2025/licitacoes-2025 (pesquisar pelo nº do Pregão).

II - SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA	Lei 14.133/2021
1. OBJETO 1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO 1.2 DETALHAMENTO DO SERVIÇO	Artigo 6º, XXIII, a
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO 2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO 2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO	Artigo 6º, XXIII, b
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO 3.1 DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO 3.2 QUANTIDADE A SER CONTRATADA	Artigo 6º, XXIII, c
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 4.1 SUSTENTABILIDADE 4.2 SUBCONTRATAÇÃO 4.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO 4.4 TRANSIÇÃO CONTRATUAL 4.5 VISTORIA PRÉVIA 4.6 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS 4.7 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	Artigo 6º, XXIII, d
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO 5.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES 5.2 CRITÉRIOS A SEREM OBEDECIDOS 5.3 DURAÇÃO DO CONTRATO 5.4 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO 5.5 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE E SUAS VEDAÇÕES 5.6 OBRIGAÇÕES DA(O) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O) E SUAS VEDAÇÕES 5.7 TREINAMENTO	Artigo 6º, XXIII, e
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO 6.1 CONDIÇÕES GERAIS 6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO 6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO 6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO 6.5 REAJUSTE CONTRATUAL 6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO (PENALIDADES) 6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO 6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO	Artigo 6º, XXIII, f
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO 7.1 MEDIÇÃO 7.2 LIQUIDAÇÃO 7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO 7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO 7.5 CESSÃO DE CRÉDITO	Artigo 6º, XXIII, g
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR) 8.1 REGIME DE EXECUÇÃO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO 8.2 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS 8.3 CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO E DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS 8.4 REQUISITOS NECESSÁRIOS À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E À HABILITAÇÃO DA(O) LICITANTE	Artigo 6º, XXIII, h
9. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO	Artigo 6º, XXIII, i
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Artigo 6º, XXIII, j
11. DISPOSIÇÕES GERAIS	
12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	

1. OBJETO**1.1 Descrição do Objeto**

1.1.1 Contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para a execução dos serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do estado, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Instrumento e nos demais anexos ao Ato Convocatório.

1.2 Detalhamento do serviço

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA (Corresponde ao total dos valores indicados na tabela do item 1.2.2)
1	22225	Serviço de Engenharia	Contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução dos serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do	UN	1	R\$ 911.881,49

			estado, relacionadas no item 1.2.2, em regime de empreitada por preço global.			
			OBS: Os serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do estado de Sergipe deverão ser executados concomitantemente.			

1.2.2 Tabela descritiva das localidades para execução dos serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação:

LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UNIDADE ELEITORAL/ENDEREÇO	VALOR DE REFERÊNCIA
01	ARACAJU/SE	Sede TRE/SE - CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - Lote 7 - Variante 2 - Bairro Capucho.	R\$ 318.906,17
02	ARACAJU/SE	Fórum Eleitoral Aloísio de Abreu Lima, Rua Itabaiana, 580 - Bairro São José - Aracaju-SE.	R\$ 6.907,26
03	AQUIDABÁ/SE	Fórum Eleitoral da 3ª Zona, Avenida Ministra Leonor Barreto Franco, 137, Centro, Aquidabá-SE.	R\$ 73.304,60
04	CAPELA/SE	Fórum Eleitoral da 5ª Zona, Praça do Conj. Manoel Cardoso de Souza Filho, s/nº, Capela-SE.	R\$ 160.516,68
05	MARUIM/SE	Fórum Eleitoral da 14ª Zona, Rua Álvaro Garcez, 485, Centro, Maruim-SE.	R\$ 197.201,39
06	NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE	Fórum Eleitoral da 34ª Zona, Rua Dr. Manoel dos Passos, s/nº, Centro, Nossa Senhora do Socorro -SE.	R\$ 155.045,39
TOTAL			R\$ 911.881,49

1.2.3 O objeto da licitação tem a natureza de SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA.

1.2.4 Trata-se de contratação que prevê a conclusão de ESCOPO predefinido, sendo seu prazo de vigência automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, na forma do artigo 111, da Lei 14.133/2021, observadas as ressalvas previstas em seu parágrafo único.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativa para contratação do objeto

2.1.1 O objeto da contratação decorre de necessidade de executar serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação na Sede do TRE/SE, no Fórum Eleitoral Aloísio de Abreu Lima, ambos em Aracaju, e nas Zonas Eleitorais de Aquidabá, Capela, Maruim e Nossa Senhora do Socorro, que são essenciais à preservação da vida útil das instalações, garantindo condições físicas e ambientais necessárias ao desenvolvimento das atividades, com vistas ao atendimento das demandas das(os) clientes do TRE/SE.

2.2 Alinhamento entre a contratação e o planejamento

2.2.1 O objeto da contratação está previsto em instrumentos de planejamento deste Tribunal, conforme detalhamento a seguir

- a) Planejamento Estratégico ([Resolução TRE/SE 5/2021](#)) - No tocante à vinculação desta contratação com o Planejamento Estratégico do TRE/SE, observa-se que as atividades desenvolvidas na Instituição estão diretamente ligadas ao alcance dos Macrodesafios traçados no [Mapa Estratégico 2021-2026 do TRE/SE](#).
- a.1) MACRODESAFIO 3 - AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, incluído na Perspectiva de *Processos Internos*. A análise de cenários caracteriza como *força* o fato de o TRE/SE possuir *infraestrutura predial, mobiliária e de equipamentos*. Assim sendo, esta contratação busca manter esta condição do TRE/SE.
- a.2) MACRODESAFIO 7 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA, incluído na Perspectiva de *Processos Internos*. A análise de cenários caracteriza como *força* o fato de o TRE/SE possuir *ambiente favorável ao desempenho das atividades*. Conforme já registrado, esta contratação busca manter esta condição do TRE/SE.
- a.3) MACRODESAFIO 9 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, incluído na Perspectiva de *Aprendizado e Crescimento*. A análise de cenários caracteriza como *força* o fato de TRE/SE possuir *Disponibilidade orçamentária satisfatória e Plano de Contratações Anual*.
- b) Plano de Contratações Anual, exercício 2025: A realização de procedimento de contratação a fim de atender esta demanda está prevista no Planejamento das Contratações do exercício de 2025, conforme consta do Anexo I (1643450), da Portaria Normativa 4/2024 (1643424).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Detalhamento da solução

- 3.1.1 A contratação compreende a execução dos serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do estado.
- 3.1.2 O objeto da contratação apresenta as seguintes características gerais:
- 3.1.2.1 Não haverá alteração nas áreas construídas dos imóveis.
- 3.1.2.2 Os serviços objeto da contratação são essenciais à preservação da vida útil das instalações do TRE/SE e foram solicitados pelos responsáveis pelas unidades, bem como pela SEENG, após vistorias realizadas
- 3.1.2.3 Os serviços executados deverão atender às condições e aos requisitos estabelecidos neste Instrumento e nos demais anexos que integram o Ato Convocatório, a saber:
- a) Especificações SEENG (1684213)
- b) Projeto - SEDE (SEI 1694243)
- c) Projeto - Aquidabá - SE (SEI 1694170)
- d) Projeto - Capela - SE (SEI 1694071)
- e) Projeto - Maruim - SE (SEI 1693988)
- f) Projeto - Nossa Senhora do Socorro - SE (SEI 1693993)
- g) Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários (1694181, 1694185, 1694189)
- h) Planilha de Composições de Preços Unitários (1694203)
- i) Planilha de Detalhamento de Encargos Sociais (1694202)
- j) Planilha de Detalhamento dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI (1694199)
- k) Cronograma Físico-Financeiro (1694196)
- l) Cronograma de Desembolso (1694601)

3.2 Quantidade a ser contratada

- 3.2.1 A relação entre a demanda prevista e as quantidades indicadas no orçamento de referência a ser fornecido advém de levantamento detalhado de quantitativos de insumos e serviços realizado por técnicos da SEENG. Os critérios utilizados no levantamento das quantidades são os usuais para a execução de serviços de engenharia.
- 3.2.2 Toda a estimativa de quantidade de materiais e serviços empregados para execução da obra são levantadas com base nos projetos dos Cartórios e Sede, existentes na SEENG e será detalhada nos seguintes documentos:
- a) Planilhas Estimativas de Quantitativos e Preços Unitários (1694181, 1694185, 1694189).
- b) Planilhas de Composições de Preços Unitários (1694203).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1 Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade exigidos neste Instrumento e nos demais anexos ao Ato Convocatório.

4.1.2 Todos os critérios de sustentabilidade ambiental previstos respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre as(os) licitantes e não restringem a competição, uma vez que decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

4.1.3 As soluções de sustentabilidade devem alcançar sua efetividade máxima e custo mínimo: compra de materiais com minimização de impactos; previsão de mecanismos de redução na formação de resíduos na fase construtiva e de sua reutilização; uso ou disposição adequados.

4.1.4 A responsabilidade pelo licenciamento ambiental, **quando for o caso**, caberá ao TRE/SE (artigo 115, § 4º da Lei 14.133/2021).

4.1.5 A execução dos serviços deverá observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.5.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.5.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando ao conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e da legislação correlata.

4.1.5.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.6 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.1.6.1 Observar as diretrizes, os critérios e os procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307](#), de 05/07/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e na [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01](#), de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.6.1.1 O gerenciamento de resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e aos procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ([Lei nº 4452/2013](#) - Prefeitura Municipal de Aracaju/SE).

4.1.6.1.2 Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo à classificação presente nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução 307/2002 - CONAMA.

4.1.6.1.3 Em nenhuma hipótese a(o) CONTRATADA(O) poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.6.1.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a(o) CONTRATADA(O) comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR ns. 15112, 15113, 15114, 15115, de 2004, e 15.116, de 2021.

4.2 Subcontratação

4.2.1 Não será admitido subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.

4.3 Garantia da contratação

4.3.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de **5% (cinco por cento) do valor contratual**, entre as modalidades a seguir:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

b) Seguro-garantia, complementado, se necessário, com a cobertura "Responsabilidade Civil Obra" ou outra equivalente.

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.3.2 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato.

4.3.3 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data definida na ordem de serviço para o início da execução do objeto contratado.

4.3.4 Na hipótese de prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e ocorrendo o inadimplemento da(o) CONTRATADA(O), serão observadas as seguintes disposições:

4.3.4.1 A seguradora não assumirá a execução e conclusão do objeto do contrato.

4.3.4.2 A seguradora pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

4.3.5 Os procedimentos atinentes à garantia da execução estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo II, do Título III, da Lei 14.133/2021.

4.4 Transição contratual

4.4.1 Não existe a necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.5 Vistoria prévia

4.5.1 NÃO É OBRIGATÓRIA a avaliação prévia, entretanto, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante PODERÁ realizar vistoria dos locais de execução dos serviços.

4.5.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes às(aos) interessadas(os) em realizar a vistoria, devendo ser realizado agendamento prévio na Seção de Obras e Serviços de Engenharia, por meio do endereço eletrônico seeng@tre-se.jus.br ou pelos telefones (79) 3209-8645/8872.

4.5.3 Para a vistoria, a(o) representante legal da empresa ou sua(seu) responsável técnica(o) deverá estar devidamente identificada(o), apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.

4.5.3.1 A(O) representante/responsável da/pela empresa deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.5.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a(o) CONTRATADA(O) assumir o ônus dos serviços decorrentes.

4.6 Participação de cooperativas

4.6.1 Não é admitida a participação de cooperativas neste certame, nos termos do Termo de Conciliação Judicial, firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a União, de 5/6/2003.

4.7 Participação de consórcios

4.7.1 Não é admitida a participação de interessadas(os) que se apresentem constituídas(os) sob a forma de consórcio, conforme informações constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução e atendimento às especificações

5.1.1 A execução contratual deverá atender as previsões deste Instrumento e dos demais anexos ao Ato Convocatório, com destaque para os projetos e as especificações.

5.1.2 Toda e qualquer modificação introduzida nas especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos com a prévia autorização da Gestão/Fiscalização da Contratação e será anotada no Livro de Ordem, assim como todo acompanhamento dos trabalhos no decorrer da contratação.

5.1.3 Será exigido o emprego de materiais e de mão de obra de primeira qualidade na execução de todos os serviços especificados.

5.1.4 Os materiais e/ou serviços não previstos neste Instrumento e no Anexo "Especificações" constituem casos especiais, devendo ser previamente apreciados pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.1.5 Todo material considerado "similar" deverá ser previamente submetido à apreciação pela Gestão/Fiscalização da Contratação do TRE/SE e autorizado por escrito.

5.2 Critérios a serem obedecidos

- 5.2.1 Verificada eventual divergência entre as medidas verificadas e as cotas apresentadas, prevalecerão estas últimas.
- 5.2.2 Verificada eventual divergência entre planilha e especificações, prevalecerão as especificações.
- 5.2.3 Verificada eventual divergência entre projetos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala.
- 5.2.4 Verificada eventual divergência entre especificações e projetos, prevalecerão as especificações.
- 5.2.5 Verificada eventual divergência entre detalhes e plantas gerais, prevalecerão os detalhes.
- 5.2.6 Nas indicações de marcas considerem-se compreendidas as similares.

5.3 Duração do contrato

- 5.3.1 O prazo de execução da contratação é de **150 (cento e cinquenta) dias**, contando-se da data estabelecida na correspondente ordem de serviço.
- 5.3.2 O prazo de vigência da contratação será de **240 (duzentos e quarenta) dias**, a contar da assinatura do contrato.
- 5.3.3 Os prazos de execução e de vigência admitem prorrogação na forma da Lei nº 14.133/2021.
- 5.3.3.1 A prorrogação será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.
- 5.3.3.2 O Termo Aditivo deverá contemplar a correspondente adequação do cronograma físico-financeiro.
- 5.3.4 **O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.**
- 5.3.4.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa da(o) CONTRATADA(O):
 - 5.3.4.1.1 A(O) CONTRATADA(O) será constituída(o) em mora, aplicáveis a ela(e) as respectivas sanções administrativas;
 - 5.3.4.1.2 O TRE/SE poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4 Especificação da garantia do serviço

- 5.4.1 O prazo de garantia do serviço observará a previsão dos artigos 26 e 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 Obrigações do TRE/SE e suas vedações

5.5.1 É dever do TRE/SE

- 5.5.1.1 Emitir Nota de Empenho.
- 5.5.1.2 Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da(o) CONTRATADA(O) ou por quem a(o) represente.
- 5.5.1.3 Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.
- 5.5.1.4 Receber e conferir os serviços verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, **rejeitando**, no todo ou em parte, se houver irregularidades.
- 5.5.1.5 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.
- 5.5.1.6 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, **preferencialmente** por meio eletrônico (e-mail).

5.5.2 É vedado ao TRE/SE

- 5.5.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:
 - 5.5.2.1.1 Exercer o poder de mando sobre as(os) empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente à(ao) Preposta(o) ou pessoa(s) responsável(eis) por ela(e) indicada(s).
 - 5.5.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.
 - 5.5.2.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções das(os) trabalhadoras(es) da(o) CONTRATADA(O), mediante a sua utilização em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual a(o) trabalhadora(trabalhador) foi contratada(o).

5.6 Obrigações da(o) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O) e suas vedações

5.6.1 A(O) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O), além do cumprimento de condições previstas no Anexo "**Especificações**" e em outras cláusulas/itens deste Instrumento e dos demais documentos que compõem o Ato Convocatório, deve atender às obrigações previstas na fase pré-contratual e às obrigações gerais e específicas indicadas nesta cláusula.

5.6.1.1 Durante a fase pré-contratual, a(o) ADJUDICATÁRIA(O) obriga-se a:

- 5.6.1.1.1 Indicar a garantia contratual, consoante os termos e condições fixados neste Instrumento e no Termo de Contrato.
- 5.6.1.1.2 Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como da inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública.
- 5.6.1.1.3 **Comprovar o atendimento das seguintes condições:**
 - 5.6.1.1.3.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadoras(es) flagradas(os) explorando trabalhadoras(es) em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial [MTPS/MMIRDH nº 18, de 13 de setembro de 2024](#).
 - 5.6.1.1.3.1.1 O Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 18/2024 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego na rede mundial de computadores, conforme prevê o artigo 2º.
 - 5.6.1.1.3.2 Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora(vencedor) ou suas(seus) dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do [Decreto 5.017/2004](#) (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT [C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório](#) e [C105 - Abolição do Trabalho Forçado](#).
 - 5.6.1.1.3.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da(o) CONTRATADA(O), sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste Instrumento.
- 5.6.1.1.4 Indicar os dados pessoais e contatos comerciais de agente responsável por sua representação legal.
- 5.6.1.1.4.1 A(O)(s) representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar cadastro, se necessário, para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimentos repassados pela Seção de Contratos (SECON).
- 5.6.1.1.5 Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes à formalização contratual.
- 5.6.1.1.6 Receber Nota de Empenho e assinar o respectivo contrato.
- 5.6.1.1.7 Não possuir registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), cuja consulta é obrigatória para a celebração da contratação, nos termos do artigo 6º-A, da Lei 10.522/2002, e do artigo 11-A, III, da Portaria PGFN nº 819/2023.

5.6.1.2 Firmada a contratação, a(o) CONTRATADA(O) deve atender as seguintes obrigações:

5.6.1.2.1 Obrigações gerais:

- 5.6.1.2.1.1 Executar o serviço conforme especificações deste Instrumento e da proposta de preços apresentada, com a alocação das(os) empregadas(os) necessárias(os) ao perfeito cumprimento do contrato, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução do serviço, com a qualidade e quantidade especificadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pela normas e pela legislação.
- 5.6.1.2.1.2 **Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da(o) CONTRATADA(O), independentemente da ação de fiscalização do Tribunal.**
 - 5.6.1.2.1.3 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e de tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos decorrentes do serviço contratado.
 - 5.6.1.2.1.4 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Gestão/Fiscalização da Contratação.
 - 5.6.1.2.1.4.1 Não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.
 - 5.6.1.2.1.4.2 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Gestão/Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.
 - 5.6.1.2.1.5 Disponibilizar, no(s) local(is) de execução, responsável(is) geral(is) pela condução dos trabalhos.
 - 5.6.1.2.1.6 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Gestão/Fiscalização, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local da prestação dos serviços, bem como aos documentos relativos à sua execução.

5.6.1.2.1.7 Paralisar, por determinação do TRE/SE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros pessoas.

5.6.1.2.1.8 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do serviço durante a vigência do contrato.

5.6.1.2.1.9 Promover a organização técnica e administrativa do serviço, de modo a conduzi-lo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

5.6.1.2.1.10 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

5.6.1.2.1.10.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.6.1.2.1.10** transferirá à(o) CONTRATADA(O) todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.6.1.2.1.11 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Gestão/Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.6.1.2.1.12 Combinar previamente com a Gestão/Fiscalização da Contratação do TRE/SE os dias e horários de atuação da(o) CONTRATADA(O), definidos, inicialmente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial (das 7h às 17h), podendo, se necessário, verificar-se em dias e horários diversos, desde que devidamente justificada essa necessidade.

5.6.1.2.1.13 Indicar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da assinatura do contrato, Preposta(o) para representá-la(o) na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, reservando-se ao TRE/SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

5.6.1.2.1.14 Comunicar à Gestão/Fiscalização da Contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente de que tenha conhecimento, no local de realização do serviço.

5.6.1.2.1.15 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.6.1.2.1.16 Executar o serviço nos prazos fixados neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretrizes indicadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.6.1.2.1.17 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pelas(os) agentes de fiscalização TRE/SE, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

5.6.1.2.1.18 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao TRE/SE, devendo ressarcir imediatamente em sua integralidade, podendo este Tribunal, descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à(o) CONTRATADA(O), o valor correspondente aos danos sofridos.

5.6.1.2.1.19 Atender as normas sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as normas de segurança do TRE/SE.

5.6.1.2.1.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas estabelecidas pela legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do serviço e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.6.1.2.1.21 Utilizar empregadas(os) habilitadas(os) e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.6.1.2.1.22 Apresentar as(os) empregadas(os) devidamente identificadas(os) por meio de crachá ou outro meio hábil.

5.6.1.2.1.23 Apresentar à Gestão/Fiscalização da Contratação, quando for o caso, a relação nominal das(os) empregadas(os) que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

5.6.1.2.1.24 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

5.6.1.2.1.25 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não seja transferida às expensas do TRE/SE.

5.6.1.2.1.26 Instruir suas(seus) empregadas(os) a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-as(os) a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a(o) CONTRATADA(O) relatar ao TRE/SE toda e qualquer ocorrência neste sentido.

5.6.1.2.1.27 Instruir suas(seus) empregadas(os) quanto à prevenção de incêndios nas áreas do TRE/SE.

5.6.1.2.1.28 Instruir suas(seus) empregadas(os) quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do CONTRATANTE.

5.6.1.2.1.29 Apresentar, quando solicitado pelo TRE/SE, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

5.6.1.2.1.29.1 O atestado de antecedentes criminais somente poderá ser solicitado quando for imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações ou instalações, de forma motivada.

5.6.1.2.1.30 Afastar ou substituir por recomendação da Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer empregada(o) que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, até 24 (vinte e quatro) horas após receber a devida notificação.

5.6.1.2.1.31 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos por suas(seus) empregadas(os) e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

5.6.1.2.1.32 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.6.1.2.1.33 Não permitir a utilização de qualquer trabalho da(o) menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho da(o) menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.6.1.2.1.34 Emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), quando alguém do seu pessoal sofrer acidente de trabalho, acidente de trajeto e doença profissional.

5.6.1.2.1.35 Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento mensal dos serviços, conforme fixado neste Instrumento e no contrato.

5.6.1.2.1.36 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a(o) CONTRATADA(O) deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo por ele fixado, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da(o) CONTRATADA(O); certidão de regularidade do FGTS – CRF; e certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

5.6.1.2.1.37 Apresentar, quando couber, complementação de garantia, nos casos de acréscimo ou prorrogação contratual.

5.6.1.2.1.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

5.6.1.2.1.38.1 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, sempre que solicitado pela Gestão/fiscalização da Contratação, com a indicação das(os) empregadas(os) que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

5.6.1.2.1.39 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone que disponha da funcionalidade WhatsApp para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais.

5.6.1.2.1.40 Observar os termos da [Lei 13.709/2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução TRE/SE 120/2015, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/institucional/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.

5.6.1.2.1.41 Assinar **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no TRE/SE, e cuidar para que todas(os) as(os) empregadas(os) diretamente associadas(os) à contratação assinem o **Termo de Ciência**, ambos anexados ao Ato Convocatório.

5.6.1.2.1.41.1 O acesso às dependências do TRE/SE está condicionado ao atendimento da exigência indicada no item **5.6.1.2.1.41**.

5.6.1.2.1.42 Comprovar o vínculo entre empregada(o) e empregadora(empregador), mediante a entrega à Gestão/Fiscalização da ficha de registro de TODAS(OS) as(os) empregadas(os) que executarão o serviço. NÃO SERÁ AUTORIZADO INÍCIO DE QUALQUER SERVIÇO, SEM A APRESENTAÇÃO DO REFERIDO VÍNCULO.

5.6.1.2.2 Obrigações específicas decorrentes da natureza do objeto:

5.6.1.2.2.1 Conhecer, por meio de responsável técnica(o), os locais onde serão executados os serviços, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e propriedades de terceiros pessoas, e ainda, a segurança das(os) operárias(os) e transeuntes, durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causados serão de inteira e única responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

5.6.1.2.2.1.1 A vistoria prevista neste item não se confunde com a vistoria prévia de que trata o item 4.5 e deverá ser previamente agendada entre as(os) representantes da(o) CONTRATADA(O) e as(os) agentes de fiscalização do TRE/SE, devendo ocorrer antes da expedição da ordem de serviço.

5.6.1.2.2.2 Apresentar à Gestão/Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar a(o) encarregada(o) geral responsável pela equipe de operárias(os).

5.6.1.2.2.2.1 A relação deve ser atualizada sempre que necessário (substituição de pessoal, acréscimo, desligamento etc).

5.6.1.2.2.3 Cuidar para que o pessoal que executará o objeto desta contratação esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos a serem realizados.

5.6.1.2.2.4 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução do serviço, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE/SE, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

5.6.1.2.2.5 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal e das(os) servidoras(es) junto ao serviço esteja protegido e que seja garantida a normalidade do funcionamento, uma vez que os locais que sofrerão intervenção estarão com o seu funcionamento normal durante o período de execução dos trabalhos contratados.

5.6.1.2.2.6 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de circulação e uso pelas(os) servidoras(es) durante o horário de expediente.

5.6.1.2.2.7 Obter junto aos órgãos competentes, **conforme o caso**, as licenças necessárias, demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

5.6.1.2.2.8 Registrar a contratação no CREA/SE ou no CAU/SE, na forma prevista na legislação vigente e fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT de execução dos serviços no respectivo Conselho.

5.6.1.2.2.8.1 A ART ou o RRT deve ter como responsável engenheira(o) ou arquiteta(o), conforme o caso, e devem ser apresentados no **prazo máximo de 30 (trinta) dias** contados da data estabelecida na Ordem de Serviço para o início da execução contratual.

5.6.1.2.2.9 Cuidar para que a(o) engenheira(o) ou arquiteta(o) indicada(o) para assumir a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo tenha poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

5.6.1.2.2.10 Fornecer Livro de Ordem até a data estabelecida na Ordem de Serviço para o início das atividades, mantendo-o no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização do TRE/SE.

5.6.1.2.2.11 Retirar, no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas** após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pelas(os) agentes de fiscalização do TRE/SE.

5.6.1.2.2.12 Acatar as diretrizes, decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

5.6.1.2.2.13 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

5.6.1.2.2.14 Submeter previamente, por escrito, ao TRE/SE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam ao detalhamento do memorial descritivo, deste Termo de Referência ou do Anexo "Especificações".

5.6.1.2.2.15 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

5.6.1.2.2.16 Remover, às suas custas, ao fim dos trabalhos e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou dano pessoal.

5.6.1.2.2.17 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e **sob suas custas**, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos ao Ato Convocatório.

5.6.1.2.2.18 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

5.6.1.2.2.19 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Gestão/Fiscalização da Contratação julgar necessário.

5.6.1.2.2.20 Entregar ao TRE/SE, até o recebimento definitivo do objeto, os desenhos "as built" de todos os projetos executados, devidamente conferidos pelas(os) agentes de fiscalização do TRE/SE.

5.6.1.2.2.20.1 O fornecimento dos desenhos "as built" ocorrerá sem prejuízo da responsabilidade civil da(o) CONTRATADA(O) em relação à obra e aos serviços por ela(e) realizados.

5.6.2 Vedações aplicáveis à(o) CONTRATADA(O):

5.6.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do TRE/SE.

5.6.2.2 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do contrato, a juízo do TRE/SE.

5.6.2.3 Contratar servidora(servidor) pertencente ao quadro de pessoal do TRE/SE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, sua(seu) companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.6.2.4 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

5.7 Treinamento

5.7.1 A contratação não requer que a(o) CONTRATADA(O), após a conclusão de seu objeto, realize treinamento de equipe do TRE/SE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Condições gerais

6.1.1 A contratação do objeto do presente processo de licitação será formalizada por intermédio de **TERMO DE CONTRATO**, contendo as informações e cláusulas essenciais, nos termos do artigo 92 da Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, sendo parte integrante da contratação as cláusulas e obrigações descritas neste Termo de Referência e nos demais anexos ao Ato Convocatório.

6.1.2 A empresa adjudicatária será convocada por email para, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, assinar o **TERMO DE CONTRATO**, sendo o termo inicial do prazo para assinatura contado do dia útil seguinte ao encaminhamento do email ou do acesso ao sistema Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

6.1.2.1 A assinatura do Instrumento Contratual ocorrerá, preferencialmente, por via eletrônica, diretamente no sistema processual SEI, de modo que a(o)(s) representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar cadastro(s) para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimentos repassados pela Seção de Contratos (SECON).

6.1.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e **cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial**.

6.1.3.1 É proibido ao TRE/SE retardar imotivadamente a execução do serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse de nova(o) titular no órgão.

6.1.3.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3.2.1 Nas contratações de obras, verificada a ocorrência do item anterior por mais de 1 (um) mês, o TRE/SE divulgará, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelas(os) cidadãs(ãos), aviso público de obra paralisada, com o motivo e a(o) responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

6.1.4 Ao longo de toda a execução do contrato, a(o) CONTRATADA(O) deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

6.1.4.1 Sempre que solicitado pelo TRE/SE, a(o) CONTRATADA(O) deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação das(os) empregadas(os) que preencherem as referidas vagas.

6.1.5 As comunicações entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.5.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá informar endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo Whatsapp para recebimento de comunicações escritas relacionadas ao contrato.

6.1.6 As comunicações de atos processuais serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada ao(s) endereço(s) de e-mail informado(s) pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

6.1.7 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o TRE/SE convocará a(o) representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial com vistas à apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da(o) CONTRATADA(O), quando houver, do método de aferição dos resultados/medição e das sanções aplicáveis, entre outros.

6.1.8 O TRE/SE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2 Fiscalização e acompanhamento da execução do contrato

6.2.1 A execução do contrato será fiscalizada e acompanhada por representantes do TRE/SE especialmente designadas(os) como *Agentes de Fiscalização*, ou por suas(seus) substitutas(os), permitida a contratação de terceiras pessoas para assisti-las(os) e subsidiá-las(os) com informações pertinentes a essa atribuição.

6.2.1.1 A FISCALIZAÇÃO será realizada por EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (EFC) ou por FISCAL(is) designadas(os) no instrumento contratual e/ou por ato normativo do TRE/SE e que atuarão em conformidade com as atribuições indicadas no respectivo instrumento/ato.

6.2.1.2 A GESTÃO (acompanhamento) do contrato será realizada(o) por servidora(servidor) designada(o) no instrumento contratual e/ou em ato normativo do TRE/SE e atuará em conformidade com as atribuições indicadas no respectivo instrumento/ato.

6.2.2 As(Os) agentes de fiscalização do TRE/SE devem atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.2.1 Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas.

6.2.2.2 Determinar, considerando os poderes que detêm, o que for necessário à solução das irregularidades detectadas na execução do contrato.

6.2.2.3 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.2.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital, na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no contrato.

6.2.2.5 Informar a suas(seus) superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.2.2.6 Solicitar auxílio de unidades especializadas do TRE/SE (inclusive as unidades de assessoramento jurídico e de auditoria), que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-las(os) com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.2.2.7 Propor a abertura do procedimento administrativo de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções, como também apresentar as provas das infrações cometidas e prestar informações durante a instrução processual.

6.2.3 A(O) CONTRATADA(O) deve atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.3.1 Deverá manter preposta(o) aceita(o) pelo TRE/SE para representá-la(o) na execução do contrato.

6.2.3.2 Será obrigada(o) a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.2.3.3 Será responsável pelos danos causados diretamente ao TRE/SE ou a terceiras pessoas em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

6.2.3.4 Para registro de ocorrências diárias relativas à execução contratual, a(o) CONTRATADA(O) deverá disponibilizar e manter em cada local de atuação o Livro de Ordem (Diário de Obras).

6.2.3.5 Será a(o) ÚNICA(O) responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.2.3.5.1 A inadimplência da(o) CONTRATADA(O) em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao TRE/SE a responsabilidade pelo seu pagamento, e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso dos serviços e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

6.2.4 Os esclarecimentos solicitados pela(o) Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

6.2.5 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE/SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir, reformar, adaptar e instalar, poderá a GESTÃO, além de solicitar a aplicação de sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela(o) CONTRATADA(O).

6.2.5.1 Somente as(os) agentes de fiscalização do TRE/SE e seus(suas) superiores hierárquicos(as) têm autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho.

6.2.6 Qualquer solicitação feita pela(o) CONTRATADA(O) que esteja fora do escopo do objeto contratado não poderá ser realizada sem a análise da Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.2.7 O TRE/SE deverá emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

6.2.7.1 Salvo disposição legal que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a autoridade competente do TRE/SE terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.3 Recebimentos provisório e definitivo

6.3.1 O objeto desta contratação será recebido pelo CONTRATANTE após inspeção física de qualidade pelas(os) agentes de fiscalização, em conformidade com o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e nas regras específicas estabelecidas neste Instrumento, no Ato Convocatório e em seus anexos.

6.3.2 Quando o objeto for concluído, a(o) CONTRATADA(O) apresentará comunicação escrita informando o fato à fiscalização do TRE/SE, a qual competirá, no prazo de **15 (quinze) dias**, a realização de vistoria para fins de recebimento provisório.

6.3.2.1 O **recebimento provisório** será feito pela(a) responsável por seu acompanhamento e fiscalização e somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso.

6.3.3 O TRE/SE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicas(os) competentes, acompanhadas(os) das(os) profissionais encarregadas(os) pela execução, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e de constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.3.3.1 As(Os) agentes de fiscalização do TRE/SE examinarão o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, especificações técnicas e demais anexos ao Ato Convocatório, e fará constar do termo de Recebimento Provisório as deficiências eventualmente encontradas, que a(o) CONTRATADA(O) deverá sanar em prazo determinado pela fiscalização.

6.3.3.2 Após a inspeção (item **6.3.3**), será lavrado Termo de Recebimento Provisório assinado pelas(os) agentes de fiscalização e pela(o) representante da(o) CONTRATADA(O), relatando as pendências eventualmente verificadas.

6.3.3.3 A(O) CONTRATADA(O) fica obrigada(o) a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo ao TRE/SE não atestar a correspondente medição de serviços até que sejam sanadas todas as pendências apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

6.3.4 O **Termo de Recebimento Definitivo** será lavrado **por servidora(servidor) ou comissão designada pela autoridade competente** em até **90 (noventa) dias** após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que comprovado o atendimento das exigências contratuais e devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização e sanadas as pendências eventualmente apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

6.3.4.1 Se, no decorrer do prazo de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE/SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), as ocorrências verificadas à(ao) CONTRATADA(O), que deverá efetuar as correções no tempo estabelecido pela Gestão/Fiscalização da Contratação, suspendendo-se o decurso dos **90 (noventa) dias** inicialmente fixados.

6.3.5 A(O) CONTRATADA(O), **quando for o caso**, deverá providenciar a seguinte documentação para o recebimento definitivo de objeto:

a) Alvará de utilização expedido pelos órgãos competentes, em especial o "habite-se" emitido pelo Município.

b) Todos os projetos executivos e desenhos em conformidade com o construído ("as built").

c) Manuais de operação, uso e manutenção do imóvel e dos equipamentos e sistemas instalados, especificações e garantias de equipamentos e sistemas incorporados por força desta contratação.

d) Relações de peças sobressalentes dos equipamentos e sistemas fornecidos.

e) Resultados dos testes e ensaios realizados.

f) Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás.

g) Laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros.

h) Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ ou certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

6.3.5.1 Eventuais ensaios, testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da(o) CONTRATADA(O).

6.3.5.2 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela(o) CONTRATADA(O) e atestada sua conclusão pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.3.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Ato Convocatório e em seus anexos ou na proposta da(o) CONTRATADA(O), devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo TRE/SE, às custas da(o) CONTRATADA(O), sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.3.6.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, poderá o TRE/SE mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a(o) CONTRATADA(O) faça jus.

6.3.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto contratado, a fiscalização da contratação, a ser exercida no interesse do TRE/SE, e as medições das etapas intermediárias não afastam a responsabilidade técnica ou civil da(o) CONTRATADA(O), que permanece regida pela legislação pertinente, inclusive por danos ou prejuízos por ela(e) causados, por culpa ou dolo, ao TRE/SE ou a terceiras pessoas.

6.4 Alteração das condições da contratação

6.4.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à alteração do contrato estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VII, do Título III, da Lei nº 14.133/2021 e no [Decreto nº 7.983/2013](#), no que couber.

6.5 Reajuste contratual

6.5.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado pela Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SEENG.

6.5.2 Após o interregno de **1 (um) ano**, os preços iniciais poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade (conforme artigo 5º do Decreto 1.054/1994; hipótese do artigo 115, §5º da Lei 14.133/2021 e Acórdão TCU Plenário 73/2010), com base no Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar o reajuste pretendido.

6.5.3 Ocorrendo atraso atribuível à(ao) CONTRATADA(O), antecipação ou prorrogação na realização dos fornecimentos ou na execução das obras ou serviços, conforme o caso, o reajuste obedecerá as condições previstas no artigo 6º do Decreto nº 1.054/94.

6.6 Sanções administrativas relacionadas à contratação (penalidades)

6.6.1 Configuram infrações administrativas às quais está sujeita a(o) ADJUDICATÁRIA ou a(o) CONTRATADA(O), nos termos do artigo 155 da Lei 14.133/2021:

- 6.6.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- 6.6.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 6.6.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato.
- 6.6.1.4** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 6.6.1.5** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.
- 6.6.1.6** Prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- 6.6.1.7** Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 6.6.1.8** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 6.6.1.9** Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

6.6.2 O TRE/SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item 6.6.1, poderá aplicar à(ao) CONTRATADA(O) as seguintes sanções administrativas:

- 6.6.2.1** Advertência.
- 6.6.2.2** Multa.
- 6.6.2.3** Impedimento de licitar e contratar.
- 6.6.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 6.6.3.1** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 6.6.3.2** As peculiaridades do caso concreto.
- 6.6.3.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 6.6.3.4** Os danos que da infração provierem para a Administração Pública.
- 6.6.3.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.6.4 Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
Advertência	Dar causa à inexecução parcial do contrato, <i>quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>	Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Gestão/Fiscalização da Contratação	<p>Na aplicação das sanções serão considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> A natureza e a gravidade da infração cometida. As peculiaridades do caso concreto. As circunstâncias agravantes ou atenuantes. Os danos que dela provierem para o TRE/SE. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Multa	Todas aquelas reproduzidas no item 6.6.1 deste Instrumento.	<p>1. As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais.</p> <p>2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.</p> <p>3. Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no item 6.6.5.</p>	Diretora(Diretor)-Geral do TRE/SE	
Impedimento de licitar e contratar	<ul style="list-style-type: none"> Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. Dar causa à inexecução total do contrato. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. 	<p>1. A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos (artigo 156, § 4º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>2. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Diretora(Diretor)-Geral do TRE/SE	
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	<ul style="list-style-type: none"> Prestar declaração falsa durante a execução do contrato. Praticar ato fraudulento na execução do contrato. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846/2013. 	<p>1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i>, a Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pode ser aplicada também nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. Dar causa à inexecução total do contrato. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. <p>2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (artigo 156, § 5º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Presidente do TRE/SE	

6.6.4.1 A aplicação das sanções previstas no item 6.6.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6.5 Relação entre os tipos de penalidade, hipóteses e percentuais de aplicabilidade:

HIPÓTESE	INFRAÇÃO	PERCENTUAL MULTA	BASE DE CALCULO	OBSERVAÇÃO

1	Inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia à execução da contratação, inclusive nas hipóteses de reforço / complementação de valor.	0,5% (cinco décimos por cento) , por dia de atraso, até o limite de 5,0% (cinco por cento) .	valor total da contratação	O TRE/SE poderá declarar a inexecução total do objeto e rescindir o contrato se a(o) CONTRATADA(O) não apresentar garantia à contratação após o decurso de 20 (vinte) dias do prazo previsto para o atendimento dessa providência.
2	Atraso superior a 15 (quinze) dias para o início da prestação do serviço.	De 10,0% (dez por cento) a 30,0%(trinta por cento)	valor total da 1ª etapa da contratação	O TRE/SE poderá declarar a inexecução total do objeto e rescindir o contrato se a(o) CONTRATADA(O) não iniciar as atividades até o 15º (décimo quinto) dia do momento estabelecido na ordem de serviço.
3	Atraso na conclusão dos serviços de cada etapa.	0,5% (cinco décimos por cento) , por dia de atraso, até o limite de 30,0% (trinta por cento) .	valor total da correspondente etapa	O TRE/SE poderá declarar a inexecução parcial do objeto e rescindir o contrato se a(o) CONTRATADA(O) não concluir os serviços correspondentes à etapa respectiva até o 30º (trigésimo) dia do final do prazo estabelecido para o atendimento dessa providência.
4	Recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação.	0,5% (cinco décimos por cento) por evento.	valor total da contratação	-
5	Descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento e nos demais anexos ao Ato Convocatório, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação.	0,7% (sete décimos por cento) por evento.	valor total da contratação	-
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	1,0% (um por cento) por dia e por evento.	valor total da contratação	-

6.6.6 A aplicação de **multa de mora** não impedirá que o TRE/SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento.

6.6.7 As regras e os procedimentos acerca da instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência estão indicadas no Instrumento Contratual.

6.7 Suspensão da contratação

6.7.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à suspensão do contrato estão indicadas no Instrumento Contratual.

6.8 Extinção do contrato

6.8.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à extinção do contrato estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VIII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Medição

7.1.1 As medições deverão ocorrer ao final de cada etapa da execução contratual e a cada período de **30 (trinta) dias**, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a partir da ordem de início dos serviços.

7.1.1.1 Serão medidas apenas as etapas/parcelas dos serviços executados e concluídos.

7.1.1.1.1 Uma etapa/parcela será considerada efetivamente concluída quando os serviços para ela previstos no Cronograma Físico-Financeiro estiverem executados em sua totalidade.

7.1.1.2 Sob pena de não realização, as medições devem ser precedidas de solicitação da(o) CONTRATADA(O), **com antecedência de 2 (dois) dias**, instruída com os seguintes elementos:

a) Planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

b) Documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual.

7.1.1.3 As medições serão acompanhadas por representantes do TRE/SE e da(o) CONTRATADA(O), cumprindo à(ao) representante da(o) CONTRATADA(O) sanar eventuais divergências.

7.1.2 Recebida a solicitação de medição, a Gestão/Fiscalização da Contratação obedecerá as seguintes diretrizes:

7.1.2.1 Analisar os relatórios e toda a documentação apresentada para a medição da etapa indicada.

7.1.2.2 Vistoriar os serviços e verificar se na execução da parcela foram atendidas pela(o) CONTRATADA(O) todas as obrigações contratuais, e, caso identifique irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à(ao) CONTRATADA(O), por escrito, as respectivas correções.

7.1.2.3 Emitir Parecer para efeito de aceitação dos serviços executados na etapa indicada pela(o) CONTRATADA(O), com base nos relatórios e na documentação apresentada.

7.1.2.4 Comunicar a(o) CONTRATADA(O) para que emita a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) com o valor exato dimensionado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, com base no cronograma físico-financeiro.

7.1.3 A aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Gestão/Fiscalização da Contratação, ficando assegurado ao TRE/SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, com este Instrumento ou com os demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.1.4 À(Ao) CONTRATADA(O) caberá sanar eventuais falhas apontadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que será procedida nova medição na forma estabelecida neste item.

7.1.5 A critério do TRE/SE e conforme justificativas indicadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, será possível:

7.1.5.1 O pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro.

7.1.5.2 A medição e pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados e cuja execução foi autorizada pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.1.5.3 Eventual ampliação do prazo de execução da contratação será precedida de autorização/formalização por meio de Termo Aditivo.

7.2 Liquidação

7.2.1 Os procedimentos atinentes à liquidação estão indicados no Instrumento Contratual.

7.3 Prazo e forma de pagamento

7.3.1 Os procedimentos atinentes à forma e ao prazo de pagamento estão indicados no Instrumento Contratual, cumprindo destacar:

7.3.1.1 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.3.1.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do [site https://aracajuse.webiss.com.br](https://aracajuse.webiss.com.br).

7.3.1.3 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no [site](#) da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.4 Antecipação de pagamento

7.4.1 A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

7.5 Cessão de crédito

7.5.1 A presente contratação NÃO permite a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR)

8.1 Regime de execução e modalidade da licitação

8.1.1 O regime da execução é de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

8.1.2 Os serviços pretendidos são oferecidos por diversas(os) fornecedoras(es) e **apresentam características padronizadas e usuais de mercado**, admitindo-se, portanto, a modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA.

8.1.3 Procedimento destinado à AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORAS(ES), uma vez que o valor estimado da contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.2 Critérios de aceitabilidade de preços

8.2.1 Os critérios de aceitabilidade de preços são:

8.2.1.1 Valor Global: **R\$ 911.881,49 (Novecentos e onze mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos);**

8.2.1.2 Valores Unitários: conforme *tabela descritiva das localidades (item 1.2.2)* e *Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários* anexa ao Ato Convocatório; e

8.2.1.3 Valores das Etapas: conforme *Cronograma Físico-Financeiro* anexo ao Ato Convocatório.

8.2.2 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pelo **TRE/SE, qual seja, R\$ 911.881,49 (Novecentos e onze mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos)**.

8.2.2.1 O critério indicado acima se refere à presunção relativa de inexecutabilidade de preços, motivo pelo qual a(o) Pregoeira(o), ao analisar a proposta, dará à(o) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade (Súmula TCU 262 e artigo 34 da IN SEGES/ME 73/2022).

8.2.2.2 **Será exigida garantia adicional da(o) licitante vencedora(vencedor) cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo TRE/SE, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias previstas neste instrumento.**

8.3 Critérios de Elaboração e de Julgamento das Propostas

8.3.1 As(Os) licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos para execução dos serviços, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

8.3.2 O critério de julgamento da proposta é o MENOR PREÇO GLOBAL.

8.3.3 Como condição de aceitabilidade da proposta, a(o) licitante deverá encaminhar a **proposta de preço**, observando os seguintes requisitos:

8.3.3.1 Apresentar os preços, expressos em reais, contemplando todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos à contratação.

8.3.3.2 A proposta de preços deverá ser apresentada por intermédio de planilhas elaboradas **a partir de sistema de orçamentação ou editor de planilha eletrônicos**, fazendo **consignar o seu valor total e contemplar os seguintes documentos de orçamentação**:

a) Cronograma físico-financeiro, em etapas mensais, compatíveis com o prazo de **150 (cento e cinquenta) dias** fixado para execução dos serviços, detalhado com prazos de início e término de cada uma das atividades necessárias à execução dos serviços correspondentes a cada etapa, os percentuais previstos acumulados, os custos totais previstos de cada etapa e acumulados e o custo total geral, compreendendo todas as despesas com a execução do objeto pactuado, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso, nos moldes do correspondente **Anexo** ao respectivo ao Edital.

b) Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, detalhada para cada item de serviço contemplado no cronograma físico-financeiro, nos moldes do correspondente **Anexo** ao Edital, **sendo vedada** a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na composições de preços unitários, bem como a indicação de item/serviço como **VERBA**.

c) Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, nos moldes dos correspondentes anexos do Edital do certame.

d) Planilha de Composições de Preços Unitários do Empreendimento, na forma do correspondente anexo, indicando, separadamente, os valores de materiais, a mão de obra, os encargos sociais, as ferramentas e os equipamentos, **não sendo permitida** a indicação apenas de percentuais para material e para mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes, inclusive em percentual.

8.3.3.3 A Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, a Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e a Planilha de Detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI são referenciais, devendo o valor global apresentado contemplar a execução integral dos serviços, de modo que quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE, **ressalvado o disposto no artigo 13, II, do Decreto 7.983/2013**, em que a(o) CONTRATADA(O) obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em quaisquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total da contratação.

8.3.3.3.1 O mencionado percentual integrará o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.4 As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital, conforme critérios previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo Decreto 8.538/2015.

8.3.5 Na legislação vigente NÃO há previsão de aplicação de regras de margem de preferência para a contratação do objeto licitado.

8.4 Requisitos Necessários à Participação na Licitação e à Habilitação da(o) Licitante**8.4.1 Condições de Participação (e correspondentes vedações)**

8.4.1.1 As exigências para a participação no certame são as usuais relativas à generalidade do objeto e serão disciplinadas no Ato Convocatório.

8.4.2 Habilitação Jurídica

8.4.2.1 As exigências de habilitação jurídica são as usuais relativas à generalidade do objeto e serão disciplinadas no Ato Convocatório.

8.4.3 Habilitações fiscal, social e trabalhista

8.4.3.1 As exigências de habilitações fiscal, social e trabalhista são as usuais relativas à generalidade do objeto, conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.4.4 Habilitação econômico-financeira

8.4.4.1 Para fins de qualificação econômico-financeira, serão exigidos:

8.4.4.1.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante.

8.4.4.1.2 Comprovante de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.4.4.2 O detalhamento das regras relativas às exigências de qualificação econômico-financeira previstas neste tópico encontram-se contempladas no Ato Convocatório.

8.4.5 Habilitação/Qualificação técnico-profissional

8.4.5.1 Para fins de qualificação técnica serão exigidos:

8.4.5.1.1 Prova de registro/inscrição da(o) licitante junto ao Conselho de Classe Profissional a cuja jurisdição pertença.

8.4.5.1.2 Prova de registro/inscrição de profissional **indicada(o) como responsável técnica(o)** junto ao Conselho de Classe Profissional a cuja jurisdição pertença.

8.4.5.1.2.1 A(O) profissional indicada(o) pela(o) licitante deverá participar da execução do objeto contratado, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo TRE/SE.

8.4.5.1.3 Certidões ou atestados em nome da(o) profissional indicada(o) como responsável técnica(o), regularmente emitidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou neles registrados, que demonstrem capacidade operacional na execução do seguinte serviço:

SERVIÇO (PARCELA)	QUANTIDADE
Execução de pintura de paredes, teto, piso, esquadrias de madeira e de ferro	4.500,00 m²
Fornecimento e instalação de Vidro Temperado	18,00 m²
Execução de alvenaria de bloco cerâmico	165,00 m²
Fornecimento e instalação de revestimento cerâmico	310,00 m²

8.4.5.1.3.1 Admite-se a soma de atestados.

8.4.5.1.3.2 A exigência prevista no item 8.4.5.1.3 considera as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, ou seja, as que têm valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, em conformidade com o artigo 67, § 1º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.4.5.1.3.3 Para comprovação do vínculo da empresa com a(o) profissional por ela indicada(o), devidamente reconhecida(o) pelo Conselho Profissional, detentora(detentor) do(s) atestado(s) de capacidade técnica e/ou da(s) certidão(ões) de acervo técnico, deve-se apresentar, alternativamente:

8.4.5.1.3.3.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a(o) licitante como Contratante.

8.4.5.1.3.3.2 Contrato social da(o) licitante em que conste a(o) profissional como sócia(o).

8.4.5.1.3.3.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).

8.4.5.1.3.3.4 Declaração de contratação futura da(o) profissional detentora(detentor) do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência desta(e).

8.4.5.1.3.3.5 Certidão do CREA ou do CRT em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).

8.4.5.2 Eventual detalhamento acerca das exigências de habilitação/qualificação encontra-se detalhada no Ato Convocatório.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de **R\$ 911.881,49 (Novecentos e onze mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos)**, conforme detalhamento constante da *Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários*.

9.1.1 O valor da contratação foi estimado com base nos critérios e parâmetros especificados no Parecer 114/2025 - SEENG (1694601), disponibilizado no endereço eletrônico do TRE/SE (<https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2025/licitacoes-2025>) (pesquisar pelo nº do Pregão).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2025, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cuja(s) dotação(ões) orçamentária(s) constará(ão) do Edital, do Termo de Contrato e da respectiva Nota de Empenho:

a) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0028 - *Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral*. PTRES: 167686.

b) Natureza da Despesa: *Outras Despesas Correntes*.

c) Fonte de Recursos: *1000 ou 1027*.

d) Elemento de Despesa: *3.3.9.0.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica*.

e) Plano Interno: *IEF MANPRE*.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico *COMPRAS.GOV.BR* (<http://www.gov.br/compras>), a Lei 14.133/2021, a Lei 13.709/2018, a Lei Complementar 123/2006, os Decretos 8.538/2015, 92.100/1985, 7.983/2013 e 11.246/2022, a Resolução CNJ 114/2010, a Resolução TRE/SE 120/2015.

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 O Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação indicada no Estudo Técnico Preliminar.

12.1.1 Na elaboração deste Instrumento, o integrante demandante e técnico (Marcos Vinicius Santos Muniz Prado) e o integrante administrativo (Ricardo Loeser de Carvalho Filho) atuaram em estrita conformidade com as competências/atribuições de cada um, sendo responsáveis, respectivamente, pelos aspectos funcionais e técnicos da solução e pelos aspectos administrativos da contratação.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES

01 MANUTENÇÃO DA SEDE, DO FÓRUM ALOÍSIO DE ABREU LIMA E FÓRUMS DO INTERIOR DO ESTADO DE SERGIPE

01.01 SEDE

01.01.001 ADMINISTRAÇÃO GERAL (SEDE E ZONAS ELEITORAIS)

01.01.001.001 Para acompanhamento de todos os serviços e condução dos operários, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) engenheira(o), responsável por todos os serviços de manutenção contratados na Sede, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e nos fóruns do interior. O acompanhamento da(o) engenheira(o) deverá ser realizado nos locais de atuação da empresa, em quantidades tantas quantas necessárias para garantir a técnica e a qualidade dos serviços.

01.01.001.002 Durante a duração dos serviços a(o) CONTRATADA(O) deverá possuir uma(um) técnica(o) em segurança do trabalho, responsável por garantir que os serviços serão executados em conformidade com a legislação de saúde e segurança do trabalho, bem como deverá elaborar e apresentar plano de segurança para execução dos serviços na Sede e nos fóruns do interior, antes do início dos trabalhos. Essa(e) técnica(o) em segurança do trabalho deverá realizar vistorias para garantir o cumprimento do plano de segurança por parte das(os) operárias(os) da(o) CONTRATADA(O).

01.01.001.003 Para auxiliar no acompanhamento e condução das(os) operárias(os) na execução dos serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação na Sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do Estado, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) técnica(o)/responsável pela execução dos serviços contratados, que também deverá realizar vistorias nos locais de atuação da empresa, em quantidades tantas quantas necessárias para garantir a melhor técnica e a qualidade dos serviços.

01.01.002 SERVIÇOS PRELIMINARES (somente na Sede do TRE/SE)

01.01.002.001 A(O) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno da SEDE, em local a ser indicado pela fiscalização, para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade.

01.01.002.002 Fornecer banheiro químico para uso dos operários da(o) CONTRATADA(O), durante o período de execução dos serviços.

01.01.003 MANUTENÇÃO DOS SANITÁRIOS COLETIVOS DA SEDE

01.01.003.001 Remover uma cuba do lavatório do sanitário masculino no pavimento térreo do edifício Sede, que se encontra trincada.

01.01.003.002 Fornecer e instalar uma cuba de embutir nova, oval, deca ref. L37, com sifão cromado, ref. C1680, engate cromado deca, e válvula, deca ref. 1602C, ou similares, em substituição à cuba a ser removida, citada no item **01.01.003.001** acima.

01.01.003.003 Demolir uma linha do revestimento cerâmico, linha imediatamente superior aos lavatórios, dos sanitários coletivos masculino e feminino, dos pavimentos térreo e superior do edifício Sede, para instalação de rodopia.

01.01.003.004 Fornecer e instalar rodopia em granito cinza andorinha, com altura de 20 cm e espessura de 2 cm, sobre os lavatórios dos banheiros coletivos do edifício sede, na mesma área onde será removido o revestimento cerâmico, conforme item **01.01.003.003** acima.

01.01.003.005 Executar rejuntamento das rodopias com massa plástica no encontro com as bancadas de granito dos lavatórios e com rejunte acrílico no encontro com o revestimento cerâmico existente.

01.01.003.006 Sobre os vãos das 4 portas dos sanitários coletivos, executar fechamento com alvenaria de bloco cerâmico, sobre verga de concreto armado; essa alvenaria deverá ser chapiscada e rebocada do lado externo e chapiscada, emboçada e com revestimento cerâmico, com dimensões de 20 x 20 cm, seguindo o padrão e cor da cerâmica existente no interior dos sanitários.

01.01.003.007 Fornecer e instalar kits de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), de padrão médio, com dimensões de 90 x 210 cm e espessura de 3,5 cm, incluindo fornecimento e instalação de dobradiças, batentes e fechadura, com execução do furo na porta, nos sanitários coletivos, masculino e feminino dos pavimentos térreo e superior, do edifício Sede.

01.01.003.008 Executar pintura das portas novas instaladas com aplicação de uma demão de fundo sintético nivelador, uma demão de massa a óleo e duas demãos de tinta esmalte sintético premium, com acabamento alto brilho, na cor platina, seguindo o padrão existente no edifício anexo.

01.01.004 SUBSTITUIÇÃO DAS TUBULAÇÕES DO MURO

01.01.004.001 Remover o cabeamento das instalações elétricas existentes nos eletrodutos fixados ao muro lateral interno, que faz a alimentação da caixa d'água aparente, localizada na área frontal do Tribunal, a partir do poço subterrâneo, no fundo da Sede. A remoção será de forma manual e OS CABOS SERÃO REAPROVEITADOS.

01.01.004.002 Remover os eletrodutos existentes fixados no muro lateral, de forma manual, sem reaproveitamento dos eletrodutos removidos.

01.01.004.003 Fornecer e instalar eletrodutos de pvc rígido roscável com diâmetros de ¾" e 1 ½", em substituição aos removidos, conforme indicado na planilha orçamentária e orientações da fiscalização.

01.01.004.004 Fornecer e instalar curvas e luvas de pvc rígido roscável com diâmetros de ¾" e 1 ½", em substituição aos removidos, conforme indicado na planilha orçamentária e orientações da fiscalização.

01.01.004.005 Fornecer e instalar caixas de passagem de PVC 4"x2" e 4"x4", de sobrepor, com tampa, na extensão dos novos eletrodutos, para execução de manutenção nas instalações, conforme indicado na planilha orçamentária.

01.01.004.006 Reinstalar cabeamento elétrico removido conforme citado no item **01.01.004.001**, para substituição dos eletrodutos, seguindo mesmo padrão de instalação existente anteriormente.

01.01.005 ACESSO À LAJE / TELHADOS

01.01.005.001 Executar abertura nas lajes do edifício Sede, no corredor da presidência e no corredor da passarela de acesso ao anexo, com dimensões de 1,00 x 1,00 m, seguindo orientações da fiscalização.

01.01.005.002 Executar acabamento dos vãos de acesso à laje novos abertos no edifício Sede, conforme descrito no item **01.01.005.001** acima, e do vão existente no edifício anexo com argamassa de cimento e areia.

01.01.005.003 Fornecer e instalar escada de marinho com, largura de 40 cm, executada em barras chatas de ferro galvanizado 1 ½" x ¼", com degraus em barras redondas com diâmetro de 5/8" espaçados de 30 cm, inclusive pintura, para acesso à plataforma dos condensadores do sistema de ar condicionado do auditório.

01.01.005.004 Fornecer e instalar guarda-corpo para escada de marinho descrita no item **01.01.005.003** acima, tipo gaiola, com 5 barras verticais de 1 ¼" x 3/16" e arco a cada 30 cm de 1 ¼" x 3/16", fixado com parabol, a partir da altura de 2,00 m até 1,20 m após o nível da última superfície de trabalho.

01.01.005.005 Fornecer e instalar Guarda-corpo em tubo de ferro galvanizado, com altura de 1,10 m, com barras verticais com bitola de 3/4" a cada 11 cm e barras horizontais com bitola de 1 ½" (na altura de 15 cm e 95 cm), para proteção lateral da plataforma dos condensadores do sistema de ar condicionado do auditório.

01.01.005.006 Executar aplicação de uma demão de pintura de fundo anticorrosivo zarcão nas escadas de marinho e nos guarda-corpos, seguindo o padrão existente e o quantitativo da planilha orçamentária. Não será aceita a aplicação de tinta com o zarcão incluído.

01.01.005.007 Executar aplicação de duas demãos de pintura de acabamento em esmalte sintético, na cor preta, fosca, nas escadas de marinho e nos guarda-corpos, seguindo o padrão existente e o quantitativo da planilha orçamentária.

01.01.006 STI

01.01.006.001 Executar elevação de paredes em drywall para formar um shaft, com uma face e estrutura metálica, para abrigar os eletrodutos próximos à porta da saída de emergência.

01.01.006.002 Executar a pintura da nova parede em drywall instalada com aplicação de uma demão de líquido selador, duas demãos de massa corrida e duas demãos de tinta PVA látex para interiores.

01.01.007 COMBATE À INCÊNDIO

01.01.007.001 Demolir trecho de alvenaria na área externa da assessoria dos membros para mover caixa de hidrante existente, conforme indicação da fiscalização.

01.01.007.002 Executar a substituição do registro de hidrante com fornecimento e instalação de novo registro globo angular 45° para hidrante, com diâmetro de 2 ½", incluindo tampão com corrente.

01.01.007.003 Fornecer dois registros globo angular 45° para hidrante, com diâmetro de 2 ½", incluindo tampão com corrente para possíveis substituições futuras pelo TRE.

01.01.007.004 Executar chumbamento de caixa de hidrante de embutir com argamassa após a substituição do registro, de modo que tenha espaço para manutenção do registro novo instalado.

01.01.008 GARAGENS COBERTAS

01.01.008.001 Demolir com a utilização de martelo, até a altura de 50 cm, o cobrimento de concreto de **35 (trinta e cinco)** pilares das garagens cobertas da Sede, até expor a armadura, para realização de tratamento de ferragens. Os pilares que sofrerão intervenção serão indicados pela equipe de fiscalização. Durante a execução do tratamento as coberturas deverão ser escoradas com escoras metálicas para assegurar sua estabilidade.

01.01.008.002 Executar tratamento dos pilares do estacionamento, que sofrerão intervenção conforme descrito no item **01.01.008.001** acima, através de escovamento e lixamento elétrico da armadura e aplicação de neutralizador de ferrugem em duas demãos.

01.01.008.003 Executar cobrimento da armadura dos pilares das garagens cobertas, recuperadas conforme descrito no item **01.01.008.002** acima, com aplicação de graute nos trechos demolidos, recompondo as faces dos pilares no padrão existente.

01.01.008.004 Executar a pintura de todos os pilares de concreto existentes no estacionamento coberto da Sede em duas demãos de tinta novacor cinza, com execução de uma faixa na cor preta e duas na cor amarela, seguindo o padrão existente.

01.01.009 PINTURA (CIRCULAÇÕES E ÁREAS COMUNS)

01.01.009.001 Todas as circulações internas nas áreas comuns em todos os pavimentos do prédio principal e do Anexo deverão ser pintadas, devendo antes ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de duas demãos de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicação de duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores na cor branco gelo.

01.01.010 BANHEIROS DO ANEXO - ACESSIBILIDADE

01.01.010.001 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

01.01.010.001.001 Demolir os vãos em alvenaria para instalação das novas portas a serem executadas nos sanitários para uso de pessoas com deficiência.

01.01.010.001.002 Remover as bancadas de granito existentes nos sanitários coletivos masculino e feminino do Anexo, nos pavimentos térreo e superior.

01.01.010.001.003 Remover vasos sanitários e mictório dos sanitários coletivos masculino e feminino do Anexo, nos pavimentos térreo e superior.

01.01.010.001.004 Remover todo o forro de pvc dos sanitários coletivos masculino e feminino do Anexo, nos pavimentos térreo e superior, nos trechos onde serão executados os novos sanitários para pessoas com deficiência.

01.01.010.001.005 Remover as esquadrias de alumínio e vidro dos sanitários coletivos masculino e feminino do Anexo, nos pavimentos térreo e superior, nos trechos onde serão executados os novos sanitários para pessoas com deficiência. As esquadrias serão reaproveitadas.

01.01.010.001.006 Executar a remoção de todo o revestimento cerâmico das paredes e dos pisos dos sanitários coletivos masculino e feminino do Anexo, nos pavimentos térreo e superior.

01.01.010.001.007 Remover as divisórias de granito dos sanitários coletivos masculino e feminino do Anexo, nos pavimentos térreo e superior, mas apenas as que não atenderão ao novo leiaute daqueles sanitários. A remoção refere-se às divisórias entre vasos sanitários e às divisórias entre mictórios.

01.01.010.001.008 Remover os interruptores e tomadas existentes nos trechos de alvenaria a serem adaptados.

01.01.010.001.009 Remover as luminárias dos banheiros que serão adaptados e reinstalá-las, com a instalação do novo forro.

01.01.010.002 ELEVAÇÕES E FORROS

01.01.010.002.001 Executar alvenarias de bloco cerâmico, com espessura de 9 cm, para atender aos novos leiautes para instalação dos banheiros coletivos masculino e feminino do Anexo, nos pavimentos térreo e superior, seguindo os projetos de adequação de acessibilidade fornecidos. Alerta-se que as novas alvenarias deverão atingir a laje do pavimento superior, com a realização do devido encunhamento. Essas novas paredes deverão ser chapiscadas e emboçadas para receber revestimento cerâmico.

01.01.010.002.002 Fornecer novo forro de pvc, em placas de 1,25 x 0,625, na cor branca, da marca medabil ou similar, com perfis de aço, pintados na cor branca, tanto nos novos banheiros para pessoa com deficiência do Anexo, quanto na parte dos banheiros originais, que tiveram seus espaços diminuídos.

01.01.010.002.003 Fornecer e instalar novas divisórias de granito cinza andorinha para mictórios, polidos e com espessura de 2 cm, para atender ao novo leiaute e seguindo o mesmo padrão das atualmente existentes.

01.01.010.002.004 Fornecer e instalar novas divisórias de granito cinza andorinha para os boxes sanitários, polidos e com espessura de 2 cm, para atender ao novo leiaute e seguindo o mesmo padrão das atualmente existentes.

01.01.010.003 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

01.01.010.003.001 Cabe à empresa contratada, executar todas as adaptações nas instalações hidrossanitárias dos banheiros existentes, para possibilitar a instalação dos novos banheiros de uso das pessoas com deficiência;

01.01.010.003.002 As adaptações serão realizadas a partir das instalações atuais e deverão seguir os projetos Hidrossanitários fornecidos, cabendo à(ao) CONTRATADA(O) o fornecimento e a instalação dos materiais necessários, garantindo o perfeito funcionamento das novas instalações.

01.01.010.004 REVESTIMENTOS E PINTURAS

01.01.010.004.001 Aplicar argamassa de regularização no piso e na parede, para assentamento dos novos revestimentos e pisos cerâmicos nos banheiros reformados;

01.01.010.004.002 Fornecer e assentar cerâmica em todas as paredes dos banheiros antigos adaptados e dos novos para uso de pessoas com deficiência, com dimensões de 30 x 60 cm, acabamento brilho bold, pointer, linha neutra clássico cru ou similar, aplicando as placas no sentido horizontal, com argamassa industrializada AC II, rejuntadas com rejunte cimentício, flexível.

01.01.010.004.003 Fornecer e assentar cerâmica em todos os pisos dos banheiros antigos adaptados e dos novos para uso de pessoas com deficiência, com dimensões de 60 x 60 cm, acabamento brilho bold, PEI 5, pointer, linha infinita branco ou similar, aplicando as placas com argamassa industrializada AC II, rejuntadas com rejunte cimentício, flexível.

01.01.010.004.004 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alizares, tanto as novas, quanto as existentes, deverão ser lixados, aplicado fundo nivelador, massa a óleo e, posteriormente, pintadas com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor das demais existentes na Sede do TRE/SE.

01.01.010.005 ESQUADRIAS, LOUÇAS E METAIS

01.01.010.005.001 Executar as adaptações nas esquadrias de alumínio para atender aos projetos de adequação de acessibilidade fornecidos.

01.01.010.005.002 Reassentar as esquadrias removidas e que foram adaptadas, bem como as que não sofreram alterações.

01.01.010.005.003 Fornecer e instalar lavatório de louça de canto, Deca-zly, ref. L-10117 ou similar, sem coluna, com sifão cromado, válvula cromada, engate cromado, todos metálicos, nos novos sanitários de uso de pessoas com deficiência.

01.01.010.005.004 Fornecer e instalar 4 (quatro) torneiras nos banheiros PCD, com bica alta, com alavanca, automática, Deca ou similar.

01.01.010.005.005 Fornecer e instalar 2 (dois) lavatórios com bancada de granito cinza andorinha, com espessura de 2 cm, com dimensões de 2,40 x 0,60 m, com três cubas de embutir de louça, sifão ajustável metalizado, válvula metálica cromada, torneira alavanca para lavatório para pcd com bica baixa cromada, automática, marca certiva, ref 21067 ou similar, inclusive rodopia com 10 (dez) cm de altura.

01.01.010.005.006 Fornecer e instalar 2 (dois) lavatórios com bancada de granito cinza andorinha, com espessura de 2 cm, com dimensões de 1,60 x 0,60 m, com duas cubas de embutir de louça, sifão ajustável metalizado, válvula metálica cromada, torneira alavanca para lavatório para pcd com bica baixa cromada, automática, marca certiva, ref 21067 ou similar, inclusive rodopia com 10 (dez) cm de altura.

01.01.010.005.007 Reassentar os vasos sanitários removidos, para atender aos projetos de adequação de acessibilidade fornecidos.

01.01.010.005.008 Fornecer e instalar 4 (quatro) barras de apoio, retas, fixas, em aço inox, com comprimento de 40 cm, diâmetro de 1 1/4", jackwal ou similar.

01.01.010.005.009 Fornecer e instalar 4 (quatro) conjuntos de barras de apoio para lavatório, fixas, constituídos de duas barras laterais com formato em "U", em aço inox, diâmetro de 1 1/4", jackwal ou similar.

01.01.010.005.010 Fornecer e instalar 4 (quatro) barras de apoio, retas, em aço inox, com comprimento de 70 cm, diâmetro de 1 1/4", jackwal ou similar.

01.01.010.005.011 Fornecer e instalar 8 (oito) barras de apoio, retas, em aço inox, com comprimento de 80 cm, diâmetro de 1 1/4", jackwal ou similar.

01.01.010.005.012 Fornecer e instalar 2 (duas) portas de alumínio anodizado preto, tipo veneziana, de abrir, completa, inclusive caixilhos, dobradiças e fechadura, para sanitários femininos, para atender aos projetos de adequação de acessibilidade fornecidos, seguindo o mesmo padrão dos boxes dos banheiros existentes.

01.01.010.005.013 Fornecer e instalar 12 (doze) saboneteiras em plástico ABS branco, para sabonete líquido, da JSN ou similar.

01.01.010.005.014 Fornecer e instalar 12 (doze) porta-papéis toalha para papel interfolha 2 ou 3 dobras, injetado com a frente em plástico ABS branco, com visor frontal.

01.01.010.005.015 Fornecer e instalar 4 (quatro) portas novas de madeira, semi-ocas, padrão médio, com dimensões 0,90 x 2,10 m, espessura de 3,5 cm, completas com aduelas, alizares, dobradiças e fechadura para portas externas.

01.01.010.006 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

01.01.010.006.001 Executar 4 (quatro) novos pontos de interruptor, para atender aos novos leiautes dos banheiros.

01.01.010.006.002 Fornecer 4 novos interruptores para atender aos novos leiautes dos banheiros.

01.01.010.006.003 Reinstalar os interruptores e tomadas removidos para atender aos novos leiautes dos banheiros.

01.01.010.006.004 Fornecer e instalar kit de alarme sem fio para o banheiro acessível, seguindo o projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.01.011 DIVERSOS

01.01.011.001 Demolir todo o revestimento cerâmico das paredes da copa existente no pavimento térreo da Sede, que possui uma porta de acesso voltada para o Espaço Gourmet.

01.01.011.002 Aplicar argamassa de regularização na parede da copa descrita no item **01.01.011.001** acima, para assentamento do novo revestimento cerâmico.

01.01.011.003 Fornecer e assentar cerâmica em todas as paredes da copa descrita no item **01.01.011.001** acima, com dimensões de 30 x 60 cm, acabamento brilho bold, pointer, linha neutra clássico cru ou similar, aplicando as placas no sentido horizontal, com argamassa industrializada AC II, rejuntadas com rejunte cimentício, flexível.

01.01.011.004 Remover porta de madeira existente entre a copa dos fundos e o espaço gourmet, juntamente com aduelas e alizares.

01.01.011.005 Fornecer e instalar nova porta de madeira em substituição à removida conforme o item **01.01.011.004** acima, que deverá ser de madeira compensada, de canela, lisa, semi-ôca, com dimensões de 0,80 x 2,10m, com dobradiças tipo vai-vem, com visor de 50 x 60 cm, em vidro temperado de 6 mm de espessura, com fechadura para esse tipo de dobradiça, com bloqueio de rolete, trançável, em aço inox fosco. Nessa porta, deverá ser aplicado fundo nivelador, massa a óleo e duas demãos de tinta esmalte sintético, na mesma cor da porta atualmente existente naquele local.

01.01.011.006 Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura, estruturada com não tecido de poliéster, com largura mínima de 60 cm, sobre o rufo do telhado no encontro com a parede da Secretaria Judiciária e no encontro da cobertura dos banheiros laterais do auditório, com o revestimento cerâmico. Não será aceita a manta autoadesiva.

01.01.011.007 Fornecer e instalar rodapé de granito cinza andorinha, com altura de 7 cm e espessura de 2 cm, no encontro das divisórias de gesso acartonado das sala de treinamento no segundo pavimento do Anexo.

01.01.011.008 Fornecer 50 (cinquenta) placas de forro de PVC, com dimensões de 1,25 x 0,625, na mesma cor das placas existentes no Anexo atualmente.

01.01.011.009 Remover a porta do depósito existente ao lado da porta de acesso da SAO.

01.01.011.010 Fornecer e instalar 1 (uma) porta nova de madeira, semi-oca, padrão médio, com dimensões 0,80 x 2,10 m, espessura de 3,5 cm, completa com aduelas, alizares, dobradiças e fechadura para porta externa, em substituição à porta removida conforme item **01.01.011.009** acima.

01.01.011.011 Essa nova porta de madeira, suas aduelas e alizares deverão ser lixados, aplicado fundo nivelador, massa a óleo e, posteriormente, pintada com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor das demais existentes na Sede do TRE/SE.

01.01.011.012 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.01.011.013 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) executar a limpeza geral de todos os ambientes afetados pela execução dos serviços.

01.02 FÓRUM DES. ALOÍSIO DE ABREU LIMA

01.02.001 IMPERMEABILIZAÇÃO

01.02.001.001 Demolir o reboco das paredes da 1ª Zona Eleitoral, que se encontram danificadas pela infiltração, internamente e externamente, na altura do piso ao teto, conforme indicação da fiscalização. Nesses trechos, os blocos cerâmicos deverão ficar expostos.

01.02.001.002 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nos locais indicados no item **01.02.001.001** acima.

01.02.001.003 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item

01.02.001.002 acima, internamente com espessura de 1,5 cm e externamente com espessura de 2,0 cm.

01.02.001.004 Após execução do novo reboco, executar lixamento, aplicar selador acrílico, massa corrida internamente e textura acrílica externamente, tinta pva latex internamente e tinta acrílica externamente.

01.02.001.005 Fornecer e aplicar selante elástico monocomponente a base de poliuretano (PU), externamente, nos 4 contornos de todas as janelas das 3 (três) zonas da capital.

01.02.002 FACHADA

01.02.002.001 Fornecer e instalar andaime para a execução da substituição dos refletores na fachada do Fórum.

01.02.002.002 Remover os 2 (dois) refletores existentes na fachada do Fórum.

01.02.002.003 Fornecer e instalar 4 (quatro) refletores novos na fachada do Fórum, sendo 2 (dois) no poste frontal e 2 (dois) sobre a marquise em alumínio composto. **Os refletores serão de LED SMD, colorido RGB, com memória, potência de 100W, bivolt, com ângulo de abertura igual ou maior 120°, com proteção IP 67 ou superior, com controle remoto.** Antes da aquisição, apresentar à fiscalização para aprovação.

01.03 AQUIDABA

01.03.001 MOBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

01.03.001.001 É de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) realizar tantas viagens quanto necessário para transporte de materiais e de mão de obra para execução dos serviços.

01.03.002 ATENDIMENTO

01.03.002.001 Remover o piso de madeira da sala de atendimento do Fórum.

01.03.002.002 Remover o reboco da parede lateral direita, sob as janelas existentes, na altura do peitoril, até o piso.

01.03.002.003 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco no local indicado no item **01.03.002.002** acima.

01.03.002.004 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **01.03.002.003** com espessura de 1,5 cm.

01.03.002.005 Aplicar argamassa de regularização no piso da sala de atendimento do Fórum, onde será removido piso de madeira, descrito no item **01.03.002.001** acima, para assentamento do novo piso cerâmico.

01.03.002.006 Fornecer e instalar soleira de mármore branco, com largura de 15 cm e espessura de 2 cm, no limite com a circulação interna do Fórum.

01.03.002.007 Fornecer e assentar cerâmica na sala de atendimento do Fórum, com dimensões de 60 x 60 cm, linha bianco plus polido (porcelanato), cor bege, Eliane ou similar, aplicando as placas com argamassa industrializada AC III, rejuntadas com epóxi.

01.03.002.008 Fornecer e instalar rodapé de granito cinza andorinha, com altura de 5 cm e espessura de 2 cm, nas paredes de contorno da sala de atendimento, onde haverá instalação de piso cerâmico.

01.03.003 ÁREA EXTERNA

01.03.003.001 Remover a mureta do jardim lateral, na base da escada de acesso à área do fundo do Fórum, assim como executar a limpeza manual da vegetação desse jardim, com o objetivo de criar um patamar com 1,20 m x 1,20 m.

01.03.003.002 Executar pavimentação de concreto simples, desempolado, no trecho que será reduzido do jardim, para formar o patamar na base da escada.

01.03.003.003 Redefinir a nova dimensão do jardim, após a criação do patamar, construindo nova mureta com alvenaria de bloco cerâmico, revestindo-a com chapisco, reboco, emboço e pedra São Tomé, seguindo o padrão existente.

01.03.003.004 Fornecer e instalar corrimão com tubo galvanizado, barras superiores nas alturas de 0,92 e 0,70 m e diâmetro de 1 1/2" e barras verticais com diâmetro de 3/4", pintado com tinta esmalte acetinado, na cor preta.

01.03.004 COBERTURA

01.03.004.001 Executar fechamento da lateral direita do telhado da área de serviço, no trecho entre a porta da circulação externa e a porta de acesso à escada no fundo do prédio, fazendo para isso a remoção das telhas sobre essa parede lateral, elevação da alvenaria de bloco cerâmico, chapiscando e rebocando esse novo trecho da alvenaria, com posterior retelhaamento, fornecimento e instalação de rufo em placa de alumínio.

01.03.005 NOVA SALA DA CHEFIA

01.03.005.001 Executar o embutimento das tubulações das tomadas de energia, que atualmente se encontram de sobrepor. É responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), executar os rasgos nas paredes, fornecer e instalar eletroduto de pvc flexível sanfonado, conexões, caixas e tomadas e posterior chumbamento e recomposição do reboco.

01.03.006 ILUMINAÇÃO

01.03.006.001 Remover todas as luminárias do Fórum.

01.03.006.002 Fornecer e instalar 4 (quatro) luminárias de sobrepor, tecnolux ou similar, TubLed, com aletas, fabricadas em chapa de aço tratada e pintada em epóxi branco, para duas lâmpadas de 20W.

01.03.006.003 Fornecer e instalar 16 (dezesesseis) luminárias plafon de sobrepor, de LED, G-Light ou similar, 40 x 40 cm e potência de 36 W.

01.03.006.004 Executar rasgos na alvenaria de bloco cerâmico e laje, com posterior recomposição do reboco, para possibilitar a ampliação das arandelas externas e ampliação dos refletores, nas quantidades indicadas na planilha orçamentária.

01.03.006.005 Fornecer e instalar 4 (quatro) luminárias tipo tartaruga, de alumínio, na circulação externa, na lateral direita do Fórum.

01.03.006.006 Fornecer e instalar 2 (dois) refletores Slim LED, de 200W de potência, branco frio, 6500 k, Autovolt, G-light ou similar.

01.03.006.007 Eliminar a alimentação aparente da iluminação da varanda frontal do Fórum, executando-a sobre a laje.

01.03.006.008 Fornecer andaimes necessários para a execução dos serviços em altura.

01.03.007 SINALIZAÇÃO - ACESSIBILIDADE

01.03.007.001 Adequar a rampa de acesso de pessoas com deficiência na calçada do Fórum, utilizando concreto simples desempolado, seguindo detalhamento no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.03.007.002 Executar sinalização horizontal sobre a rampa da calçada, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.03.007.003 Fornecer e instalar placas de sinalização tátil em braile, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.03.007.004 Demolir o piso da calçada frontal e regularizar, para receber o piso tátil, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.03.007.005 Fornecer e assentar piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, nas dimensões de 25 x 25 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.03.007.006 Fornecer e assentar piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha, colorido, nas dimensões de 25 x 25 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.03.007.007 Fornecer e instalar placas de sinalização para deficientes, em pvc, nos locais indicados no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.03.007.008 Fornecer e instalar barras de apoio no banheiro acessível, com dimensões variadas, seguindo o projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.03.007.009 Fornecer e instalar kit de alarme sem fio para o banheiro acessível, seguindo o projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.03.008 PINTURA

01.03.008.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido.

01.03.008.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Aquidabã deverá ser pintado. Internamente, nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium.

01.03.008.003 Remover os trechos danificados da textura acrílica existente e em seu lugar, aplicar regularização/nivelamento com argamassa e nova textura acrílica, que receberá a pintura.

01.03.008.004 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

01.03.008.005 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alizares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com verniz a base de água, acetinado, seguindo o padrão existente.

01.03.008.006 Os gradis de ferro na fachada do prédio, as grades das janelas, as grades das portas de serviço e o novo guarda-corpo da escada do fundo deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (**não poderá ser manual**), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão. Não será aceita a aplicação de tinta com o zarcão incluído.

01.03.008.007 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.03.008.008 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.03.008.009 Todo o muro que delimita o terreno do Fórum deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, com duas demãos, utilizando tinta pva latex para exteriores.

01.03.009 DIVERSOS

01.03.009.001 Remover o chuveiro elétrico existente no banheiro e substituir por um chuveiro elétrico novo, da lorenzetti ou similar.

01.03.009.002 Fornecer e instalar escada de marinho com largura de 40 cm, executada em barras chatas de ferro galvanizado 1 1/4" x 1/4", com degraus em barras redondas com diâmetro de 5/8", espaçados de 30 cm, inclusive pintura, para acesso à laje sob o telhado do Fórum.

- 01.03.009.003** Fornecer e instalar guarda-corpo para escada de marinho descrita no item **01.03.009.002** acima, tipo gaiola, com 5 barras verticais de 1 ¼" x 3/16" e arco a cada 30 cm de 1 ¼" x 3/16", fixado com parabol, a partir da altura de 2,00 m até 1,20 m após o nível da última superfície de trabalho.
- 01.03.009.004** Fornecer e instalar portinhola de alumínio, de abrir, de veneziana, no acesso já existente para a cobertura e que está sem porta.
- 01.03.009.005** Retirar porta de madeira existente no banheiro do fundo do Fórum, que se encontra danificada e em substituição, fornecer e instalar nova porta de madeira, semi-oca, com dimensões de 0,80 x 2,10 m, com espessura de 3,5 cm, completa, com alizares, dobradiças e fechadura para porta externa.
- 01.03.009.006** Fornecer e aplicar selante elástico monocomponente a base de poliuretano (PU), externamente, nos 4 contornos de todas as janelas do atendimento do Fórum.
- 01.03.009.007** Executar ponto elétrico para atender à cortina de ar que será fornecida e instalada pelo TRE. Esse ponto de energia deverá atender o equipamento com 110V e ser embutido, com disjuntor no quadro de distribuição e aterramento.
- 01.03.009.008** É obrigação da(O) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.
- 01.03.009.009** É obrigação da(O) CONTRATADA(O) executar a limpeza geral de todos os ambientes afetados pela execução dos serviços.
- 01.03.009.010** Fornecer caixa coletora de entulho para depositar e remover todo o entulho gerado na execução dos serviços.

01.04 CAPELA

01.04.001 MOBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS PRELIMINARES

- 01.04.001.001** É de responsabilidade da(O) CONTRATADA(O) realizar tantas viagens quanto necessário para transporte de materiais e de mão de obra para execução dos serviços.
- 01.04.001.002** A(O) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. As instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

01.04.002 COBERTURA

- 01.04.002.001** Demolir alvenaria sobre a cobertura, para execução de um vão de 0,80 x 60, para permitir passagem de pessoas da manutenção.
- 01.04.002.002** Fornecer e instalar verga pré-moldada de concreto armado sobre o vão a ser executado conforme descrito no item **01.04.002.001** acima.
- 01.04.002.003** Executar chapisco e reboco para regularizar o contorno desse novo vão citado no item **01.04.002.001** acima.
- 01.04.002.004** Substituir todas as telhas onduladas das duas maiores partes da cobertura, num total de **179,75 m²**, por outras novas, de fibrocimento, ondulada, com 6 mm de espessura, nas dimensões compatíveis com a estrutura de madeira existente.
- 01.04.002.005** Remover todas as mantas de impermeabilização existentes nos rufos das coberturas.
- 01.04.002.006** Remover os rufos da cobertura que se encontram danificados, num total de 25 m lineares.
- 01.04.002.007** Fornecer e instalar novos rufos de concreto armado, em substituição aos removidos descritos no item **01.04.002.006**.
- 01.04.002.008** Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura sobre os rufos da cobertura, com o uso de primer, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária. Não será aceita a manta autoadesiva.

01.04.003 FACHADA - VIDRO TEMPERADO

- 01.04.003.001** Executar tapume em chapa compensada, com espessura de 10 mm, na altura de piso a teto, pelo lado interno do atendimento, de maneira a garantir o fechamento do Fórum, quando da retirada dos vidros da fachada.
- 01.04.003.002** Remover todos os vidros temperados da fachada, inclusive as portas, juntamente com as molas hidráulicas de piso e os tubos de sustentação. Nenhum desses materiais será reaproveitado, cabendo à(o) CONTRATADA(O), a sua remoção do imóvel, com a destinação devida.
- 01.04.003.003** Fornecer e instalar novos tubos de aço galvanizado, com diâmetro de 3", apoiando-os sobre a soleira e fixando no fundo da viga superior.
- 01.04.003.004** Fornecer e instalar nova fachada de vidro temperado, com fixos e portas, tipo fumê, com 10 mm de espessura, incluindo todas as ferragens cromadas novas para a sua fixação, duas novas molas hidráulicas de piso e dois conjuntos de puxador tubular reto duplo, em alumínio cromado, com comprimento de 40 cm e diâmetro de 1".

01.04.004 BANHEIROS

- 01.04.004.001** Fornecer e instalar nova bacia sanitária, com caixa acoplada, em substituição à existente e que se encontra danificada e que deverá ser removida pela(o) CONTRATADA(O).
- 01.04.004.002** Remover todos os equipamentos de papel toalha do Fórum, fornecer e instalar novos porta-papéis para papel interfolha 2 ou 3 dobras, injetado com a frente em plástico ABS branco, com visor frontal.
- 01.04.004.003** Remover todas as saboneteiras do Fórum, fornecer e instalar novas saboneteiras em plástico ABS branco, para sabonete líquido, da JSN ou similar.
- 01.04.004.004** Remover o gesso da parede sob o mictório do sanitário masculino e instalar cerâmica 10 x 10, no mesmo padrão e cor da atualmente existente no restante do ambiente.

01.04.005 IMPERMEABILIZAÇÃO

- 01.04.005.001** Remover com cuidado os rodapés de granito/mármore da sala de atendimento, para possibilitar a execução de novo reboco nas bases das paredes; após recuperação do reboco, reinstalar os rodapés.
- 01.04.005.002** Demolir o reboco das bases das alvenarias, na altura de 50 cm, no trecho do lado esquerdo da sala do atendimento, desde a porta de vidro temperado de acesso, passando sob as esquadrias de alumínio e chegando até a porta do primeiro sanitário de uso do público. Os cantos de janelas do Fórum que apresentam fissuras também deverão ter o reboco removido. Nesses trechos, os blocos cerâmicos deverão ficar expostos.
- 01.04.005.003** Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nos locais indicados no item **01.04.005.002** acima.
- 01.04.005.004** Executar a correção das fissuras nos cantos de janelas, conforme citado no item **01.04.005.002** acima, com aplicação de tela metálica, em ambos os lados das paredes.
- 01.04.005.005** Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada e no novo reboco dos cantos de janelas, conforme descritos nos itens **01.04.005.002** e **01.04.005.003** acima.
- 01.04.005.006** Remover a portinhola de acesso ao barrilete, aumentar esse vão para receber uma nova porta, com dimensões de 60 x 80 cm. No aumento desse vão, providenciar o fornecimento e instalação de uma verga de concreto armado, bem como arestar todo o novo vão com chapisco e reboco.
- 01.04.005.007** Fornecer e instalar uma portinhola de alumínio anodizado preto, com dimensões de 60 x 80 cm, no novo acesso ao barrilete.

01.04.006 PAVIMENTAÇÃO

- 01.04.006.001** Demolir o trecho de concreto simples existente na calçada externa e que se encontra danificado, próximo ao portão de acesso de pedestres ao Fórum.
- 01.04.006.002** Em substituição ao concreto demolido, executar nova pavimentação em concreto simples, desempolado, com fck de 21 MPa e espessura de 10 cm.
- 01.04.006.003** Executar a limpeza manual do terreno no fundo do prédio do Fórum, entre a parede da lateral direita e a parede lateral esquerda, pintadas em verde, na largura de 70 cm, removendo a vegetação rasteira, para possibilitar a execução de uma calçada de proteção da base das paredes do prédio.
- 01.04.006.004** Executar calçada em concreto simples desempolado, com 10 cm de espessura e 70 cm de largura e juntas de madeira, no fundo do prédio, até o encontro com os trechos de alvenaria pintadas em verde, conforme descrito no item **01.05.006.003** acima.

01.04.007 SINALIZAÇÃO - ACESSIBILIDADE

- 01.04.007.001** Fornecer e instalar placas de sinalização tátil em braille, com dimensões de 20 x 9 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.04.007.002** Executar a demarcação de vaga no estacionamento para pessoas com deficiência, utilizando tinta epóxi, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.04.007.003** Fornecer e instalar placas de sinalização para deficientes, em pvc, nos locais indicados no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.04.007.004** Fornecer e instalar placa de sinalização, incluindo barrote para fixação, com dimensões de 60 x 80 cm, com o padrão "Estacionamento Reservado - Deficiente/Idosos", seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.04.007.005** Executar sinalização horizontal sobre a rampa da calçada, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.04.007.006** Fornecer e instalar sinalizador audio-visual, com lâmpadas para acesso à garagem, seguindo o padrão indicado no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.04.007.007** Adequar a rampa de acesso de pessoas com deficiência na calçada do Fórum, utilizando concreto simples desempolado, seguindo detalhamento no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.04.007.008** Fornecer e instalar barras de apoio no banheiro acessível, com dimensões variadas, seguindo o projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.04.007.009** Remover a porta do sanitário de público para acesso de pessoas com deficiência, fornecer e instalar novas aduelas e alizares e reinstalar a porta removida, abrindo no novo sentido, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.04.007.010** Demolir o trecho da calçada interna de acesso de acesso a pedestres, com posterior regularização, para possibilitar a instalação do piso tátil projetado.

01.04.007.011 Fornecer e assentar piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, nas dimensões de 25 x 25 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.04.007.012 Fornecer e assentar piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha, colorido, nas dimensões de 25 x 25 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.04.007.013 Fornecer e instalar kit de alarme sem fio para o banheiro acessível, seguindo o projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.04.008 PINTURA

01.04.008.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e das muretas internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore e pedra miracema, além das calçadas internas, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido. Refazer o rejuntamento do revestimento em mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

01.04.008.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Capela deverá ser pintado. Internamente nas paredes e no forro, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

01.04.008.003 Remover os trechos danificados da textura acrílica existente e em seu lugar, aplicar regularização/nivelamento com argamassa e nova textura acrílica, que receberá a pintura na cor verde.

01.04.008.004 As paredes e forros que apresentam manchas provenientes de umidade, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

01.04.008.005 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alizares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético brilhante Premium na mesma cor atual.

01.04.008.006 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (**não poderá ser manual**), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão. Não será aceita a aplicação de tinta com o zarcão incluído.

01.04.008.007 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.04.008.008 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.04.009 DIVERSOS

01.04.009.001 Executar rasgo na laje da varanda, de maneira criar uma pingadeira, impedindo a penetração de água da chuva.

01.04.009.002 Fornecer e aplicar selante elástico monocomponente a base de poliuretano (PU), externamente, nos 4 contornos de todas as janelas do atendimento do Fórum.

01.04.009.003 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.

01.04.009.004 Recuperar o revestimento em pedra miracema, fornecendo e instalando pedras novas em substituição às danificadas nas calçadas e muretas.

01.04.009.005 Fazer manutenção da porta de madeira, de correr, existente entre a sala do atendimento e a sala da chefia, que se encontra com mau funcionamento, emperrando.

01.04.009.006 Substituir o vidro quebrado da sala vizinha à copa, colocando vidro liso fumê, com 6 mm de espessura.

01.04.009.007 Fornecer e instalar complemento de 1,20 m na escada de marinho existente, com largura de 40 cm, executada em barras chatas de ferro galvanizado 1 ¼" x ¼", com degraus em barras redondas com diâmetro de 5/8" espaçados de 30 cm, inclusive pintura, no lado interno da platibanda, permitindo a continuidade no acesso até o telhado.

01.04.009.008 Fornecer e instalar guarda-corpo para escada de marinho descrita no item **01.04.009.007** acima, tipo gaiola, com 5 barras verticais de 1 ¼" x 3/16" e arco a cada 30 cm de 1 ¼" x 3/16", fixado com parabol.

01.04.009.009 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.04.009.010 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) executar a limpeza geral de todos os ambientes afetados pela execução dos serviços.

01.05 MARUIM

01.05.001 MOBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS PRELIMINARES

01.05.001.001 É de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) realizar tantas viagens quanto necessário para transporte de materiais e de mão de obra para execução dos serviços.

01.05.001.002 A(O) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. As instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

01.05.002 ALVENARIA

01.05.002.001 Executar a limpeza mecanizada do terreno no fundo do Fórum, que é de propriedade do TRE/SE, para possibilitar a construção do muro limítrofe de todo o terreno.

01.05.002.002 Demolir o muro do fundo do Fórum, que não mais existirá e 12,5 m na lateral esquerda de quem entra no Fórum, que está com problemas na sua estabilidade.

01.05.002.003 Com o objetivo de ampliar o estacionamento interno do Fórum, providenciar a regularização do trecho do terreno no fundo do Fórum, com a execução de aterro mecanizado numa largura de 3 m e o comprimento de 24 m, para posterior execução de pavimentação.

01.05.002.004 Executar pavimentação em paralelepípedo granítico, sobre colchão de areia, rejuntado com argamassa de cimento e areia, na área especificada no item **01.05.002.003** acima. Todo o material e mão de obra necessário para execução dessa pavimentação será de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O).

01.05.002.005 Executar novo muro de alvenaria de bloco cerâmico fechando todo o terreno do TRE, na altura de 2,5 m, chapiscado e rebocado, conforme indicação no projeto fornecido. Serão dois muros laterais e um no fundo, que serão construídos sobre alvenaria de pedra granítica, com pilares de concreto armado a cada 3 m de extensão de muro. Esse novo muro terá cintamento inferior e superior em concreto armado e terá juntas de dilatação a cada 15 m de extensão.

01.05.002.006 Executar novo muro sobre a base de pedra já existente, na lateral esquerda de quem entra no Fórum, em substituição ao muro existente e danificado, que será demolido. Esse muro será chapiscado e rebocado.

01.05.003 REPARO ALVENARIA / PILAR

01.05.003.001 Demolir reboco das alvenarias onde existem fissuras, como na sala de audiência, sala do atendimento próximo ao acesso aos sanitários e cantos de janelas.

01.05.003.002 Executar a correção das fissuras nos locais citados no item **01.05.003.001** acima, com aplicação de tela metálica.

01.05.003.003 Aplicar novo reboco sobre as telas metálicas nos locais citados no item **01.05.003.001** acima.

01.05.003.004 Recuperar pilar de concreto armado no muro lateral direito, que apresenta corrosão e deslocamento, sendo necessário remover o concreto ao redor da ferragem com problema, realizar escovação, lixamento elétrico, aplicar neutralizador de ferrugem e recuperar o concreto com uso de graute, com fck de 15 MPa.

01.05.004 IMPERMEABILIZAÇÃO

01.05.004.001 Demolir reboco externo das bases das alvenarias da fachada frontal do lado direito do prédio, na altura de 1,00 m, a contar do piso em paralelepípedos.

01.05.004.002 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nos locais indicados no item **01.05.004.001** acima.

01.05.004.003 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **01.05.004.002** acima, com espessura de 2,0 cm.

01.05.005 ADAPTAÇÃO DOS SANITÁRIOS - ACESSIBILIDADE

01.05.005.001 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

01.05.005.001.001 Remover todos os metais dos sanitários que serão adaptados para uso de pessoas com deficiência.

01.05.005.001.002 Remover vasos sanitários e reassentá-los após os serviços de adaptação.

01.05.005.001.003 Remover as divisórias de granito entre vasos sanitários dos sanitários masculino e feminino de uso do público externo.

01.05.005.001.004 Remover as bancadas de granito existentes nos sanitários a serem adaptados.

01.05.005.001.005 Demolir todo o revestimento cerâmico dos pisos e paredes dos sanitários a serem adaptados.

01.05.005.001.006 Demolir o vão em alvenaria para instalação da nova porta a ser executada no sanitário para uso de pessoas com deficiência, seguindo projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.005.001.007 Executar furo em laje para passagem de tubulação sanitária, para atender ao novo leiaute dos sanitários, seguindo projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.005.001.008 Remover e reinstalar as luminárias para atender ao novo leiaute dos banheiros, seguindo projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.005.001.009 Remover porta de madeira, com aduelas e alizares, do sanitário masculino, que passará a ser o banheiro acessível, que terá porta nova, com novo sentido de abertura.

01.05.005.002 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

01.05.005.002.001 Cabe à empresa contratada executar todas as adaptações nas instalações hidrossanitárias dos banheiros existentes, para possibilitar a implantação das adaptações previstas no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.005.002.002 As adaptações serão realizadas a partir das instalações atuais e deverão seguir os projetos Hidrossanitários fornecidos, cabendo à(ao) CONTRATADA(O) o fornecimento e a instalação dos materiais necessários, garantindo o perfeito funcionamento das novas instalações.

01.05.005.003 ELEVAÇÕES, PINTURAS E REVESTIMENTOS

01.05.005.003.001 Executar alvenaria de bloco cerâmico com espessura de 9 cm, para atender às adaptações previstas no projeto de adequação de acessibilidade fornecido. Essa nova parede deverá ser chapiscada e emboçada para receber revestimento cerâmico.

01.05.005.003.002 Fornecer e instalar novas divisórias de granito cinza andorinha, polidas e com espessura de 2 cm, para atender ao novo leiaute previsto no projeto de adequação de acessibilidade fornecido e seguindo o mesmo padrão das atualmente existentes.

01.05.005.003.003 Fornecer e instalar forro em placas de gesso, 60 x 60, nos banheiros reformados, conforme previsto no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.005.003.004 Sobre o novo forro de gesso instalado, realizar o lixamento, aplicar líquido selador, duas demãos de massa corrida e aplicar a tinta pva latex para interiores, na cor branco neve.

01.05.005.003.005 Aplicar argamassa de regularização no piso e na parede, para assentamento dos novos revestimentos e pisos cerâmicos nos sanitários reformados;

01.05.005.003.006 Fornecer e assentar cerâmica em todas as paredes dos sanitários antigos adaptados e no novo sanitário acessível, com dimensões de 30 x 60 cm, acabamento brilho bold, pointer, linha neutra clássico cru ou similar, aplicando as placas no sentido horizontal, com argamassa industrializada AC II, rejuntadas com rejunte cimentício, flexível.

01.05.005.003.007 Fornecer e assentar cerâmica em todos os pisos dos banheiros antigos adaptados e o novo sanitário acessível, com dimensões de 60 x 60 cm, acabamento brilho bold, PEI 5, pointer, linha infinita branco ou similar, aplicando as placas com argamassa industrializada AC II, rejuntadas com rejunte cimentício, flexível.

01.05.005.004 ESQUADRIAS, LOUÇAS E METAIS

01.05.005.004.001 Fornecer e instalar portas novas de alumínio anodizado preto, tipo veneziana, de abrir, completa nos boxes internos dos sanitários, seguindo o novo leiaute previsto no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.005.004.002 Fornecer e instalar lavatório de louça de canto, Deca-zly, ref. L-10117 ou similar, sem coluna, com sifão cromado, válvula cromada, engate cromado, nos sanitários, seguindo o novo leiaute previsto no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.005.004.003 Fornecer e instalar torneira alavanca para lavatório, para pcd, com bica baixa cromada, automática, marca certiva, ref 21067 ou similar, para os sanitários que serão adaptados.

01.05.005.004.004 Fornecer e instalar barras de apoio no banheiro acessível, com dimensões variadas, seguindo o projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.005.004.005 Fornecer e instalar vaso sanitário convencional para o sanitário acessível, sem furo, de louça branca, com assento almofadado, com 7 cm de altura.

01.05.005.004.006 Fornecer e instalar soleira de granito cinza andorinha, para a nova porta a ser executada nos sanitários que serão adaptados.

01.05.005.004.007 Fornecer e instalar 2 (duas) portas novas de madeira, semi-ocas, padrão médio, com dimensões 0,90 x 2,10 m, espessura de 3,5 cm, completas com aduelas, alizares, dobradiças e fechadura para portas externas.

01.05.005.005 DIVERSOS

01.05.005.005.001 Executar pontos elétricos para novo interruptor e para nova luminária, a serem instalados no novo sanitário acessível.

01.05.005.005.002 Fornecer e instalar interruptor simples completo no novo sanitário acessível.

01.05.005.005.003 Fornecer e instalar 1 (uma) luminária de sobrepor, tecnolux ou similar, TubLed, com aletas, fabricadas em chapa de aço tratada e pintada em epóxi branco, para duas lâmpadas, no novo sanitário acessível.

01.05.006 SINALIZAÇÃO - ACESSIBILIDADE

01.05.006.001 Demolir o trecho da rampa interna de acesso de pedestres na calçada frontal do Fórum, com posterior regularização, para possibilitar a instalação do piso tátil projetado.

01.05.006.002 Remover o piso tátil emborrachado na área interna do Fórum.

01.05.006.003 Fornecer e assentar piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, nas dimensões de 25 x 25 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.006.004 Fornecer e assentar piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha, colorido, nas dimensões de 25 x 25 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.006.005 Adequar a rampa de acesso de pessoas com deficiência na calçada do Fórum, utilizando concreto simples desempolado, seguindo detalhamento no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.006.006 Executar sinalização horizontal sobre a rampa da calçada, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.006.007 Fornecer e instalar placas de sinalização para deficientes, em pvc, nos locais indicados no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.006.008 Fornecer e instalar sinalizador audio-visual, com lâmpadas para acesso à garagem, seguindo o padrão indicado no projeto de adequação de acessibilidade fornecido. É de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), executar o ponto elétrico para a alimentação desse sinalizador, removendo e reinstalando o piso em paralelepípedos, fornecendo e instalando tubulação de pvc rígido, fiação e disjuntor.

01.05.006.009 Fornecer e instalar placas de sinalização tátil em braille, com dimensões de 20 x 9 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.006.010 Fornecer e instalar kit de alarme sem fio para o banheiro acessível, seguindo o projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.05.007 PINTURA

01.05.007.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros e muretas, internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore e pedra miracema, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido. Refazer o rejuntamento do revestimento em mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

01.05.007.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Maruim deverá ser pintado. Internamente nas paredes e no forro, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e nos muros internamente e externamente; aplicar tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

01.05.007.003 Remover toda a textura acrílica existente e em seu lugar, aplicar regularização/nivelamento com argamassa, selador acrílico e nova textura acrílica, que receberá a pintura na cor verde.

01.05.007.004 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alizares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético brilhante Premium na mesma cor atual.

01.05.007.005 Os muros deverão ser pintados internamente e externamente, com duas demãos de tinta pva látex Premium para exteriores, na cor branco neve. Em todo o trecho de muro novo, após a execução do reboco, deverá receber selador acrílico, com posterior execução da pintura.

01.05.007.006 Aplicar duas demãos de tinta novacor, na calçada externa, na frente do Fórum, na cor concreto.

01.05.007.007 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinheiro, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (**não poderá ser manual**), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão. Não será aceita a aplicação de tinta com o zarcão incluído.

01.05.007.008 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.05.007.009 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.05.008 DIVERSOS

01.05.008.001 Executar a revisão da esquadria de alumínio da copa, deixando com seu funcionamento correto; atualmente está emperrada.

01.05.008.002 Executar rasgo na laje da varanda, de maneira a criar uma pingadeira, impedindo a penetração de água da chuva.

01.05.008.003 Remover as 3 (três) luminárias existentes na varanda do Fórum e em substituição, fornecer e instalar 3 (três) novas luminárias de sobrepor, tecnolux ou similar, TubLed, com aletas, fabricadas em chapa de aço tratada e pintada em epóxi branco, para duas lâmpadas de 20 W.

01.05.008.004 Recuperar o revestimento em pedra miracema, fornecendo e instalando pedras novas em substituição às danificadas nas calçadas e muretas.

- 01.05.008.005** Executar o chumbamento da tubulação extravasora da caixa d'água do prédio, na platibanda por onde está passando atualmente.
- 01.05.008.006** É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.
- 01.05.008.007** É obrigação da(o) CONTRATADA(O) executar a limpeza geral de todos os ambientes afetados pela execução dos serviços.
- 01.05.008.008** Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.
- 01.05.008.009** Fazer a recuperação da calçada frontal do prédio da Zona Eleitoral que se encontra danificada, utilizando concreto simples, moldado "in loco".

01.06. NOSSA SENHORA DO SOCORRO

01.06.001 MOBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

- 01.06.001.001** É de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) realizar tantas viagens quanto necessário para transporte de materiais e de mão de obra para execução dos serviços.
- 01.06.001.002** A(O) CONTRATADA(O) poderá utilizar o depósito existente no fundo do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. O TRE/SE não se responsabiliza pela guarda desse material.

01.06.002 RECUPERAÇÃO DO GRADIL

- 01.06.002.001** Realizar a recuperação total do gradil da fachada do Fórum, substituindo os montantes que se encontram enferrujados por outros novos, com perfil duplo "U", com dimensões de 100 x 50 x 3 mm, sendo que essa substituição deverá ser total, demolindo a mureta, removendo os montantes na sua totalidade, reinstalando os novos, desde o terreno natural, chumbando-os em novas alvenarias, que deverão ser revestidas com pedra miracema, seguindo o padrão existente.

01.06.003 COPA E DESPENSA

- 01.06.003.001** Demolir todo o revestimento cerâmico das paredes da copa.
- 01.06.003.002** Regularizar as paredes com aplicação de argamassa, para receber novo revestimento cerâmico.
- 01.06.003.003** Remover a pintura existente nas paredes da Despensa, através de lixamento, para receber revestimento cerâmico. Não será aceito o assentamento de cerâmica sobre a pintura existente, nem sobre apicoamento das paredes.
- 01.06.003.004** Fornecer e assentar cerâmica em todas as paredes da copa e da despensa, com dimensões de 30 x 60 cm, acabamento brilho bold, pointer, linha neutra clássico cru ou similar, aplicando as placas no sentido horizontal, com argamassa industrializada AC II, rejuntadas com rejunte cimentício, flexível.

01.06.004 IMPERMEABILIZAÇÃO

- 01.06.004.001** Demolir reboco externo das bases das alvenarias na lateral direita da sala de atendimento do Fórum e as paredes depósito existente no fundo do Fórum, seguindo orientação da fiscalização, na altura de 0,60 m.
- 01.06.004.002** Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nos locais indicados no item **01.06.004.001** acima.
- 01.06.004.003** Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **01.06.004.002** acima, com espessura de 1,5 cm.
- 01.06.004.004** Remover a manta asfáltica e sua proteção mecânica, da calha do depósito do fundo do Fórum, bem como parte da manta da marquise frontal do prédio, conforme indicação da Fiscalização.
- 01.06.004.005** Fornecer e aplicar manta asfáltica com espessura de 4 mm, estruturada com não tecido de poliéster, com aplicação prévia de primer, para possibilitar a sua adesão, nos locais citados no item **01.06.004.004** acima. Não será aceita aplicação da manta aluminizada.
- 01.06.004.006** Executar proteção mecânica com argamassa de cimento e areia, sobre toda a manta aplicada.

01.06.005 REPARO EM ALVENARIA

- 01.06.005.001** Demolir o reboco de trechos das paredes da copa e dos banheiros, onde existem fissuras e em seguida, fornecer e aplicar tela metálica de aço, dos lados interno e externo das paredes, com o objetivo de corrigir os problemas observados.
- 01.06.005.002** Aplicar novo reboco sobre a tela metálica citada no item **01.06.005.001** acima, com argamassa de cimento e areia e espessura de 1,5 cm.
- 01.06.005.003** Demolir trecho do muro no fundo do Fórum, próximo ao depósito, com 3 m de extensão e altura de 2,5 m, que se encontra com rachaduras.
- 01.06.005.004** Executar novo muro de alvenaria de bloco cerâmico, com altura de 2,5 m, devidamente fixada entre pilares existentes, com uso de tela metálica. Esse muro deverá ser chapiscado e rebocado.
- 01.06.005.005** Demolir viga de concreto armado existente sobre o portão de acesso de pessoas entre o TRE e o TJ e em seu lugar, fornecer e instalar nova viga de concreto armado, ultrapassando em 20 cm de cada lado, a largura do portão. Essa nova viga deverá ser chapiscada e rebocada.

01.06.006 PAVIMENTAÇÃO EXTERNA

- 01.06.006.001** Demolir toda a base da calçada existente na lateral esquerda de quem entra no prédio do Fórum.
- 01.06.006.002** Executar nova calçada de concreto simples desempolado, em substituição à demolida, conforme item **01.06.006.001** acima. A nova calçada deverá ter largura de 50 cm e espessura de 10 cm.
- 01.06.006.003** Remover e reassentar a pavimentação em paralelepípedos, existente na lateral esquerda de quem entra no Fórum, entre o muro e o prédio.
- 01.06.006.004** Fornecer e assentar complemento de colchão de areia, sobre a base já existente, no trecho citado no item **01.06.006.003**, acima.
- 01.06.006.005** Fornecer e instalar complemento de pavimentação em paralelepípedos, no trecho citado no item **01.06.006.003**, acima.

01.06.007 ADAPTAÇÃO DOS SANITÁRIOS - ACESSIBILIDADE

01.06.007.001 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

- 01.06.007.001.001** Demolir o vão em alvenaria para instalação da nova porta a ser executada no banheiro para uso de pessoas com deficiência, seguindo projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.06.007.001.002** Demolir todo o revestimento cerâmico dos pisos e paredes dos sanitários a serem adaptados.
- 01.06.007.001.003** Remover as divisórias de granito entre vasos sanitários dos sanitários masculino e feminino de uso do público externo, seguindo projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.06.007.001.004** Remover vasos sanitários e reassentá-los após os serviços de adaptação.
- 01.06.007.001.005** Remover as bancadas de granito existentes nos sanitários a serem adaptados.
- 01.06.007.001.006** Remover todos os metais dos sanitários que serão adaptados para uso de pessoas com deficiência.
- 01.06.007.001.007** Remover e reinstalar as luminárias para atender ao novo leiaute dos banheiros, seguindo projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.06.007.001.008** Remover 2 (duas) portas de madeira, com aduelas e alizares, dos banheiros, sem reaproveitamento, pois as novas portas terão novo sentido de abertura.

01.06.007.002 ELEVAÇÕES, PINTURAS E REVESTIMENTOS

- 01.06.007.002.001** Executar alvenaria de bloco cerâmico com espessura de 9 cm, para atender às adaptações previstas no projeto de adequação de acessibilidade fornecido. Essa nova parede deverá ser chapiscada e emboçada para receber revestimento cerâmico.
- 01.06.007.002.002** Fornecer e instalar forro em placas de gesso, 60 x 60, nos banheiros reformados, conforme previsto no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.
- 01.06.007.002.003** Sobre o novo forro de gesso instalado, realizar o lixamento, aplicar líquido selador, duas demãos de massa corrida e aplicar a tinta pva latex para interiores, na cor branco neve.
- 01.06.007.002.004** Aplicar argamassa de regularização no piso e na parede, para assentamento dos novos revestimentos e pisos cerâmicos nos banheiros reformados;
- 01.06.007.002.005** Fornecer e assentar cerâmica em todas as paredes dos banheiros antigos adaptados e os novos para uso de pessoas com deficiência, com dimensões de 30 x 60 cm, acabamento brilho bold, pointer, linha neutra clássico cru ou similar, aplicando as placas no sentido horizontal, com argamassa industrializada AC II, rejuntadas com rejunte cimentício, flexível.
- 01.06.007.002.006** Fornecer e assentar cerâmica em todos os pisos dos banheiros antigos adaptados e os novos para uso de pessoas com deficiência, com dimensões de 60 x 60 cm, acabamento brilho bold, pointer, linha neutra clássico cru ou similar, aplicando as placas com argamassa industrializada AC II, rejuntadas com rejunte cimentício, flexível.
- 01.06.007.002.007** Fornecer e instalar novas divisórias de granito cinza andorinha, polidos e com espessura de 2 cm, para atender ao novo leiaute previsto no projeto de adequação de acessibilidade fornecido e seguindo o mesmo padrão das atualmente existentes.

01.06.007.003 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

01.06.007.003.001 Cabe à empresa contratada executar todas as adaptações nas instalações hidrossanitárias dos banheiros existentes, para possibilitar a implantação das adaptações previstas no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.007.003.002 As adaptações serão realizadas a partir das instalações atuais e deverão seguir os projetos Hidrossanitários fornecidos, cabendo à(ao) CONTRATADA(O) o fornecimento e a instalação dos materiais necessários, garantindo o perfeito funcionamento das novas instalações.

01.06.007.004 ESQUADRIAS, LOUÇAS E METAIS

01.06.007.004.001 Fornecer e instalar lavatório de louça de canto, Deca-zly, ref. L-10117 ou similar, sem coluna, com sifão cromado, válvula cromada, engate cromado, nos sanitários, seguindo o projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.007.004.002 Fornecer e instalar torneira alavanca para lavatório, para pcd, com bica baixa cromada, automática, marca certiva, ref 21067 ou similar, para os sanitários que serão adaptados.

01.06.007.004.003 Fornecer e instalar barras de apoio no sanitário acessível, com dimensões variadas, seguindo o projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.007.004.004 Fornecer e instalar vaso sanitário convencional para o sanitário acessível, sem furo, de louça branca, com assento almofadado, com 7 cm de altura.

01.06.007.004.005 Fornecer e instalar soleira de granito cinza andorinha, para a nova porta a ser executada nos sanitários que serão adaptados.

01.06.007.004.006 Fornecer e instalar 2 (duas) portas novas de madeira, semi-ocas, padrão médio, com dimensões 0,90 x 2,10 m, espessura de 3,5 cm, completas com aduelas, alizares, dobradiças e fechadura para portas externas.

01.06.007.004.007 Fornecer e instalar portas novas de alumínio anodizado preto, tipo veneziana, de abrir, completa nos boxes sanitários, seguindo o novo leiaute previsto no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.007.005 DIVERSOS

01.06.007.005.001 Executar pontos elétricos para novo interruptor e para nova luminária, a serem instalados no novo sanitário acessível.

01.06.007.005.002 Fornecer e instalar interruptor simples completo no novo sanitário acessível.

01.06.007.005.003 Fornecer e instalar 1 (uma) luminária de sobrepor, tecnolux ou similar, TubLed, com aletas, fabricadas em chapa de aço tratada e pintada em epóxi branco, para duas lâmpadas de 20W, no novo sanitário acessível.

01.06.008 SINALIZAÇÃO - ACESSIBILIDADE

01.06.008.001 Fornecer e instalar placas de sinalização tátil em braille, com dimensões de 20 x 9 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.008.002 Executar a demarcação de vaga no estacionamento para pessoas com deficiência, utilizando tinta epóxi, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.008.003 Fornecer e instalar placa de sinalização, incluindo barrote para fixação, com dimensões de 60 x 80 cm, com o padrão "Estacionamento Reservado - Deficiente/Idosos", seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.008.004 Adequar a rampa de acesso de pessoas com deficiência na calçada do Fórum, utilizando concreto simples desempolado, seguindo detalhamento no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.008.005 Executar sinalização horizontal sobre a rampa da calçada, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.008.006 Fornecer e instalar placas de sinalização para deficientes, em pvc, nos locais indicados no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.008.007 Fornecer e instalar sinalizador audio-visual, com lâmpadas para acesso à garagem, seguindo o padrão indicado no projeto de adequação de acessibilidade fornecido. É de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) executar o ponto elétrico para a alimentação desse sinalizador, removendo e reinstalando o piso em paralelepípedos, fornecendo e instalando tubulação de pvc rígido, fiação e disjuntor.

01.06.008.008 Remover o piso tátil emborrachado na área interna do Fórum.

01.06.008.009 Fornecer e assentar piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha, colorido, nas dimensões de 25 x 25 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.008.010 Remover o piso tátil em placas de concreto existente na calçada frontal do Fórum e demolir o piso cimentado/concreto, na rampa de acesso ao Fórum, com posterior regularização da base, para possibilitar piso tátil novo nesses locais, conforme projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.008.011 Fornecer e assentar piso tátil direcional e/ou alerta, em concreto, colorido, nas dimensões de 30 x 30 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.008.012 Fornecer e assentar piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, nas dimensões de 25 x 25 cm, seguindo indicação no projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.008.013 Fornecer e instalar kit de alarme sem fio para o banheiro acessível, seguindo o projeto de adequação de acessibilidade fornecido.

01.06.009 PINTURA

01.06.009.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros e muretas internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore e pedra miracema, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido. Refazer o rejuntamento do revestimento em mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

01.06.009.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Nossa Senhora do Socorro deverá ser pintado. Internamente, nas paredes e no forro, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio. Aplicar tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

01.06.009.003 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade deverão ser raspados para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

01.06.009.004 Remover os trechos danificados da textura acrílica existente e em seu lugar, aplicar regularização/nivelamento com argamassa e nova textura acrílica, que receberá a pintura na cor verde.

01.06.009.005 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alizares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético brilhante Premium na mesma cor atual.

01.06.009.006 Os muros deverão ser pintados internamente e externamente, com duas demãos de tinta pva látex Premium para exteriores, na cor branco neve.

01.06.009.007 Aplicar duas demãos de tinta novacor, na calçada externa, na frente do Fórum, na cor concreto.

01.06.009.008 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, as grades da porta de serviço, a escada de marinho, o portão de ferro de acesso ao TJ, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (**não poderá ser manual**), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão. Não será aceita a aplicação de tinta com o zarcão incluído.

01.06.009.009 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.06.009.010 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.06.010 DIVERSOS

01.06.010.001 Executar rasgo na laje da varanda, de maneira criar uma pingadeira, impedindo a penetração de água da chuva.

01.06.010.002 Executar a revisão de todas as esquadrias de alumínio do Fórum, deixando-as com seu funcionamento correto.

01.06.010.003 Fornecer e aplicar selante elástico monocomponente a base de poliuretano (PU), externamente, nos 4 contornos de todas as janelas do Fórum.

01.06.010.004 Remover as 3 (três) luminárias existentes na varanda do Fórum e em substituição, fornecer e instalar 3 (três) novas luminárias de sobrepor, tecnolux ou similar, TubLed, com aletas, fabricadas em chapa de aço tratada e pintada em epóxi branco, para duas lâmpadas de 20W.

01.06.010.005 Fornecer e instalar 1 (uma) luminária tipo arandela, Tecnolux ou similar, com globo leitoso, no muro, próximo ao depósito do fundo do Fórum, seguindo o modelo da luminária existente no muro.

01.06.010.006 Refazer a fixação dos postes de iluminação da área externa do Fórum.

01.06.010.007 Demolir alvenaria sobre a laje do reservatório do depósito, voltado para a área externa, entre o prédio do Fórum e o depósito, para executar um vão de 0,80 x 60 e permitir passagem de pessoas da manutenção.

01.06.010.008 Fornecer e instalar verga pré-moldada de concreto armado sobre o vão a ser executado conforme descrito no item **01.06.010.007** acima.

01.06.010.009 Executar chapisco e reboco para regularizar o contorno desse novo vão citado no item **01.06.010.007** acima.

01.06.010.010 Fornecer e instalar uma portinhola de alumínio anodizado preto, com dimensões de 60 x 80 cm, novo acesso ao barrilete do depósito, conforme descrito no item **01.06.010.007** acima.

- 01.06.010.011 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.
- 01.06.010.012 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) executar a limpeza geral de todos os ambientes afetados pela execução do serviços.
- 01.06.010.013 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.
- 01.06.010.014 Fornecer caixa coletora de entulho, para depositar e remover todo o entulho gerado na execução dos serviços.

ANEXO III

PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

(Planilha de Venda sem desoneração, nos termos da Informação 2690/2025- SEENG, doc. 1695373)
[Processo Administrativo SEI 0001654-05.2025.6.25.8000, docs. 1694181 (pdf), 1694185 (excel) e 1694189 (orse)]

ANEXO IV

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

(Processo Administrativo SEI 0001654-05.2025.6.25.8000, doc. 1694196)

ANEXO V

PLANILHA DE DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS

(Processo Administrativo SEI 0001654-05.2025.6.25.8000, doc. 1694202)

ANEXO VI

PLANILHA DE DETALHAMENTO DOS BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

(Processo Administrativo SEI 0001654-05.2025.6.25.8000, doc. 1694199)

ANEXO VII

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

(Processo Administrativo SEI 0001654-05.2025.6.25.8000, doc. 1695373)

ETAPAS DESEMBOLSO DE ATÉ	PERCENTUAL POR ETAPA	VALOR POR ETAPA (R\$)
1º mês	17,51%	159.637,29
2º mês	22,64%	206.468,10
3º mês	23,89%	217.811,59
4º mês	19,59%	178.615,94
5º mês	16,37%	149.348,57

ANEXO VIII

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS DO EMPREENDIMENTO

(Processo Administrativo SEI 0001654-05.2025.6.25.8000, doc. 1694203)

ANEXO IX

PROJETOS

(Processo Administrativo SEI 0001654-05.2025.6.25.8000)

(Anexo IX-a: SEDE, doc. 1694243; Anexo IX-b: Aquidabã, doc. 1694170; Anexo IX-c: Capela, doc. 1694071; Anexo IX-d: Maruim, doc. 1693988; Anexo IX-e: Nossa Senhora do Socorro, doc. 1693993).

ANEXO X

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente Instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão da **NOTA DE EMPENHO N.º** ou do **CONTRATO N.º** <nº da nota de empenho/contrato>, conforme o caso, doravante denominado **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade do **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO, o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pelo CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - **INFORMAÇÃO**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

II - **INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

III - **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL:** instrumento de formalização da contratação, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Será considerada como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada, ou não, nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelas(os) suas(seus) empregadas(os), a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venham a lhe ser confiadas durante e em razão das atuações de execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiras pessoas, estranhas ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiras pessoas, bem como a não permitir que qualquer empregada(o) envolvida(o) direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas **INFORMAÇÕES**, que se restringem estritamente ao cumprimento do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA compromete-se a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregadas(os) que atuarão direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com suas(seus) empregadas(os) visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiras pessoas, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as **INFORMAÇÕES** deverão retornar imediatamente à(ao) proprietária(o), bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua(seu) controladora(controlador), suas(seus) controladas(os), coligadas(os), Representantes, procuradoras(es), sócias(os), acionistas e cotistas, por terceiras pessoas eventualmente consultadas(os), suas(seus) empregadas(os), contratadas(os) e subcontratadas(os), assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- I – Não discutir perante terceiras pessoas, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das **INFORMAÇÕES**, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das **INFORMAÇÕES** por seus agentes, Representantes ou por terceiras pessoas;
- III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das **INFORMAÇÕES**, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretrável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

7 – PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das **INFORMAÇÕES**, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste Instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente Instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.
- III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste Instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste Instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização através de instrumento próprio;
- VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas(seus) filiadas(os), nem em obrigação de divulgar **INFORMAÇÕES** para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

9.1. O CONTRATANTE elege a Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO.

10 – ASSINATURAS

10.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<div></div>	<div></div>
<Nome>	<Nome>

<Qualificação>	Matrícula: xxxxxxxx
TESTEMUNHAS	
<Nome> <Qualificação>	<Nome> <Qualificação>

ANEXO XI

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal das(os) empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O) diretamente envolvidas(os) na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no TRE/SE.

No caso de substituição ou inclusão de empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O), a(o) Preposta(o) deverá entregar à(ao) Fiscal Administrativa(o) da Contratação os Termos de Ciência assinados pelas(os) novas(os) empregadas(os) envolvidas(os) na execução dos serviços contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	
PREPOSTA(O)			
GESTORA(GESTOR) DA CONTRATAÇÃO		MATRÍCULA	

2 – CIÊNCIA

2.1. Por este Instrumento, as(os) funcionárias(os) abaixo identificadas(os) declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do CONTRATANTE.

FUNCIONÁRIAS(OS) DA(O) CONTRATADA(O)		
Nome	Matrícula	Assinatura

ANEXO XII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº ____/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA _____, ESPECIALIZADA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE, DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NA SEDE DO TRE/SE, EM ARACAJU, E EM ZONAS ELEITORAIS DO ESTADO.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representado pela(o) Exma(o). Senhora(Senhor) Presidente, XXXXXXXXXXXXXXXX..

CONTRATADA(O): _____, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(seu) (cargo), Senhora(Senhor) (**NOME COMPLETO**), portadora(portador) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições das Leis nº 14.133/2021 e 13.709/2018, dos Decretos nº 92.100/1985 e 11.246/2022, da Resolução TRE/SE 120/2015 e da Resolução CNJ 114/2010, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90008/2025**, processos SEI 0001654-05.2025.6.25.8000 e 0003910-18.2025.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE, DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NA SEDE DO TRE/SE, EM ARACAJU, E EM ZONAS ELEITORAIS DO ESTADO**, conforme especificações definidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90008/2025**, em **seus anexos** e na **proposta da(o) CONTRATADA(O)**, os quais - independentemente de transcrição - vinculam este Contrato.

1.2 Detalhamento:

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE/LOCAL DE EXECUÇÃO	VALOR TOTAL CONTRATADO
Execução dos serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação em regime de empreitada por preço global . Código SIASG: 22225. * O detalhamento da prestação de serviço consta do Anexo "Especificações". ** Os serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, no Fórum Aloísio de Abreu Lima e nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe deverão ser executados	<ul style="list-style-type: none">Sede do TRE/SE.Fórum Eleitoral Aloísio de Abreu Lima, Rua Itabaiana, 580 - Bairro São José - Aracaju-SE.Fóruns Eleitorais dos municípios sergipanos de Aquidabã, Capela, Maruim e Nossa Senhora do Socorro.	R\$ xxxxxxxx

1.2.1 Tabela descritiva das localidades para execução dos serviços de adequação das instalações às normas de acessibilidade, de conservação, manutenção e reparação:

LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UNIDADE ELEITORAL/ENDEREÇO	VALOR CONTRATADO
01	ARACAJU/SE	Sede TRE/SE - CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - Lote 7 - Variante 2 - Bairro Capucho.	R\$ xxxxx
02	ARACAJU/SE	Fórum Eleitoral Aloísio de Abreu Lima, Rua Itabaiana, 580 - Bairro São José - Aracaju-SE.	R\$ xxxxx
03	AQUIDABÁ/SE	Fórum Eleitoral da 3ª Zona, Avenida Ministra Leonor Barreto Franco, 137, Centro, Aquidabá-SE.	R\$ xxxxx
04	CAPELA/SE	Fórum Eleitoral da 5ª Zona, Praça do Conj. Manoel Cardoso de Souza Filho, s/nº, Capela-SE.	R\$ xxxxx
05	MARUIM/SE	Fórum Eleitoral da 14ª Zona, Rua Álvaro Garcez, 485, Centro, Maruim-SE.	R\$ xxxxx
06	NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE	Fórum Eleitoral da 34ª Zona, Rua Dr. Manoel dos Passos, s/nº, Centro, Nossa Senhora do Socorro -SE.	R\$ xxxxx
TOTAL			R\$ xxxxx

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

- 2.1 O prazo de execução da contratação é de **150 (cento e cinquenta) dias**, contando-se da data estabelecida na correspondente ordem de serviço.
- 2.2 O prazo de vigência da contratação será de **240 (duzentos e quarenta) dias**, a contar da assinatura deste Instrumento.
- 2.3 O objeto desta contratação **poderá ser prorrogado**, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto (artigo 6º, XVII, da Lei 14.133/2021), cumprindo contemplar no Termo Aditivo a correspondente adequação do cronograma físico-financeiro.
- 2.3.1 Tratando-se de contratação por escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado neste Instrumento (artigo 111 da Lei 14.133/2021).
- 2.4 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, o TRE/SE deverá verificar a regularidade fiscal da(o) CONTRATADA(O), consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo (artigo 91, § 4º, da Lei 14.133/2021).
- 2.5 Quando a não conclusão do serviço decorrer de culpa da(o) CONTRATADA(O):
- 2.5.1 A(O) CONTRATADA(O) será constituída(o) em mora, podendo ser-lhe aplicadas as respectivas sanções administrativas.
- 2.5.2 O TRE/SE poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 2.6 Considerando-se a natureza do objeto de prestação do serviço, não será necessária a promoção de transição contratual (transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO

- 3.1 A execução e a gestão do contrato encontram-se disciplinadas nos itens 5 e 6 do **Termo de Referência** vinculado a este Instrumento, conforme disposto a seguir:
- a) Condições de execução e atendimento às especificações (item 5.1);
- b) Critérios a serem obedecidos (item 5.2);
- c) Duração do contrato (item 5.3);
- d) Especificação da garantia do serviço (item 5.4);
- e) Obrigações do TRE/SE e suas vedações (item 5.5);
- f) Obrigações da(o) CONTRATADA(O) e suas vedações (item 5.6);
- g) Condições gerais da gestão (item 6.1);
- h) Recebimentos provisório e definitivo (item 6.3).
- 3.2 Ressalta-se que **as comunicações** entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.2.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá informar endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp para recebimento de comunicações escritas relacionadas a este Instrumento.
- 3.2.2 As **comunicações de atos processuais** serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada a e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

- 4.1 A fiscalização e a gestão da avença serão realizadas por Equipe de Fiscalização da Contratação (EFC) composta por Gestora(Gestor) e Fiscal Técnica(o).
- 4.2 A tabela abaixo apresenta os papéis a serem desempenhados pelo CONTRATANTE e pela(o) CONTRATADA(O):

Id	Função	Responsável	Atribuições
1	Gestora(Gestor) do Contrato	Servidora (servidor) da Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços (COSER)	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente aos setores devidos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, entre outros.
2	Fiscal Técnica(o)	Servidora (servidor) da Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SEENG)	Acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os projetos, planilhas, cronogramas e especificações vinculados ao ato convocatório.
3	Preposta(o)	Funcionária(o) da(o) CONTRATADA(O)	a) Acompanhar a execução do contrato; b) Atuar como interlocutora(interlocutor) principal junto ao CONTRATANTE; c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

- 4.3 Os procedimentos de fiscalização e de acompanhamento da execução do contrato estão previstos no item **6.2** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento e devem observar o detalhamento a seguir:
- Fiscalização Técnica** (artigo 22 do Decreto nº 11.246/2022)
- 4.3.1 A Fiscalização Técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto, pautando-se para tanto nas diretrizes explicitadas no item **6.2.2** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento e efetuando as medições correspondentes às respectivas etapas contratuais (vide item **7.1** do Anexo I ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90008/2025**).
- Gestão da Execução do Contrato** (artigo 21 do Decreto nº 11.246/2022)

4.3.2 Cabe à Gestão da Execução do Contrato, com base nas anotações das(os) Agentes de Fiscalização do TRE/SE, consolidar as avaliações de desempenho da(o) CONTRATADA(O) frente ao contrato firmado e encaminhar uma via para a(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor total do presente contrato importa em R\$ _____ (_____), em conformidade com os valores fixados por localidade, nos moldes da tabela descritiva constante do item **1.2.1** deste Instrumento.

5.1.1 No valor informado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a(o) CONTRATADA(O) solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela(o) CONTRATADA(O) todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a(o) CONTRATADA(O) será autorizada(o) a apresentar os documentos de cobrança (faturas) referentes ao preço da etapa executada.

6.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto contratado, o que será providenciado pela EFC ou por outra(o) servidora(servidor) designada(o) para esse fim, **em até 2 (dois) dias úteis** contados de sua apresentação ao TRE/SE.

6.3 Será possível, a critério do TRE/SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados, que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e que estejam devidamente atestadas.

6.4 O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a nota fiscal/fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.4.1 O prazo de validade;

6.4.2 A data da emissão;

6.4.3 Os dados do contrato e do CONTRATANTE;

6.4.4 O período respectivo de execução do contrato;

6.4.5 O valor a pagar; e

6.4.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a(o) CONTRATADA(O) providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será iniciado após comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.6 A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.7 Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.7.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

6.7.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.8.1 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(o) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

6.11 Havendo a efetiva execução do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.12 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

6.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela(o) CONTRATADA(O).

6.13.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.14 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

6.15 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

6.15.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

6.15.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.16 O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à(o) CONTRATADA(O), os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela(o) CONTRATADA(O), nos termos deste Instrumento.

6.17 No caso de atraso de pagamento, desde que a(o) CONTRATADA(O) não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.17.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, em que:

EM = Encargos moratórios devidos.

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

VP = Valor da prestação em atraso.

6.17.2 Salvo a atualização financeira prevista no item 6.17, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

6.18 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

6.19 O TRE/SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a(o) CONTRATADA(O) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário, hipótese em que o CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal/fatura com o valor exato dimensionado.

6.20 Qualquer incorreção nas faturas/notas fiscais comunicada à(o) CONTRATADA(O) suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.

6.21 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

6.21.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

6.21.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

6.21.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

7.1 A execução contratual prevê 5 (cinco) etapas(meses) com base nas(os) quais foi definido o cronograma de desembolso vinculado a este Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1 Não haverá reajuste uma vez que o prazo de execução dos serviços, a partir da data de apresentação da proposta, é inferior a 1 (um) ano e que não se trata de serviço continuado.

8.1.1 Excepcionalmente, na hipótese de decorridos **12 (doze) meses** da data da apresentação da proposta, o valor remanescente ainda não executado poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE, que se reserva o direito de analisar o reajuste pretendido.

8.1.1.1 Não se aplica o disposto no item 8.1.1 na hipótese de o atraso na execução dos serviços avençados e a consequente prorrogação do prazo do contrato ocorrerem por causa atribuída à(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 As obrigações das partes estão contempladas no Termo de Referência vinculado a este Instrumento (itens **5.5** e **5.6**).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 A(O) CONTRATADA(O) protegerá os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

10.1.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas na Lei 13.709/2018, para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados à(o) titular.

10.1.2 O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais, utilizando-os em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

10.1.3 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução contratual, a mesma será realizada mediante prévia aprovação do TRE/SE e seguirá fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo Tribunal, responsabilizando-se a(o) CONTRATADA(O) por obter o consentimento das(os) titulares, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução da contratação, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

10.1.3.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o TRE/SE será responsável por obter o consentimento das(os) titulares, observadas as demais condicionantes do item **10.1.3**.

10.1.3.2 O acesso aos dados pessoais coletados somente poderá ser concedido à pessoa previamente autorizada, que tenha estrita necessidade relacionada à contratação e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRE/SE, mediante solicitação.

10.1.4 Os dados pessoais coletados devem tramitar de forma segura entre a(o) emissora(emissor) e a(o) receptora(receptor), sendo protegidos, no mínimo, com uso de criptografia e senha.

10.1.4.1 O sistema ou repositório de armazenamento utilizado para guardar os dados coletados deve manter controle e registro de LOG dos acessos visando rastreabilidade, bem como seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação no âmbito do TRE/SE.

10.1.5 A qualquer tempo o TRE/SE poderá solicitar:

10.1.5.1 Apresentação de evidências e garantias suficientes de que a(o) CONTRATADA(O) aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação, os instrumentos contratuais e de compromissos.

10.1.5.2 Comprovação da manutenção dos registros de tratamento de dados pessoais realizados pela(o) CONTRATADA(O), com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica.

10.1.6 Encerrada a vigência da contratação ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a(o) CONTRATADA(O) interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados e, em até 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo TRE/SE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes, seja em formato digital ou físico, salvo quando a(o) CONTRATADA(O) tenha que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

10.1.7 A(O) CONTRATADA(O) dará conhecimento formal a suas(seus) empregadas(os) das obrigações e condições ora acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE/SE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente Cláusula.

10.1.8 O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à(ao) CONTRATADA(O) e Prepostas(os) – devida e formalmente instruídas(os) nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da presente contratação e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

10.1.9 A(O) CONTRATADA(O) permitirá a realização de auditorias, incluindo inspeções do TRE/SE ou de Auditoria Independente por ele autorizada, e disponibilizará todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas.

10.1.10 A(O) CONTRATADA(O) cooperará com o TRE/SE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações de Órgãos de controle administrativo.

10.1.11 A(O) “Encarregada(o)” ou “DPO” da(o) CONTRATADA(O) manterá contato formal com a(o) Encarregada(o) do TRE/SE, em até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

10.1.12 A critério da(o) Encarregada(o) de Dados do TRE/SE, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser provocada(o) a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerentes ao objeto desta contratação, no tocante a dados pessoais.

10.1.13 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido nesta contratação e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD, sem prejuízo das demais penalidades contratualmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As hipóteses que configuram infração administrativa e que são, portanto, passíveis de sanção dessa natureza encontram-se definidas no item **6.6** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento.

11.2 A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à(ao) CONTRATADA(O), observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3 **Instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas:**

11.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da(o) interessada(o) no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2.1 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será precedida de análise jurídica e encerra competência exclusiva da(o) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

11.5 A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** requer a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas] (ois) ou mais servidoras(es) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) CONTRATADA(O) para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.5.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

11.5.1.1 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.6 A **prescrição** ocorrerá em **5 (cinco) anos**, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

11.6.1 **Interrompida** pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item **11.5** deste Instrumento.

11.6.2 **Suspensa:**

11.6.2.1 pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

11.6.2.2 por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.8 A personalidade jurídica da(o) CONTRATADA(O) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos às(aos) suas(seus) administradoras(es) e sócias(os) com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a(o) CONTRATADA(O), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.9 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.10 As sanções de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei 14.133/2012.

11.11 Os débitos da(o) CONTRATADA(O) para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

11.12 Da aplicação das sanções de **advertência, multa e impedimento de licitar e contratar** caberá **recurso** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

11.12.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida (vide tabela constante do item **6.6.4** do Termo de Referência), que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contado do recebimento dos autos.

11.13 Da aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** caberá apenas **pedido de reconsideração**, que deverá ser apresentado no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contados do seu recebimento.

11.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

11.15 A intimação da(o) CONTRATADA(O) se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) por ela(e) informado e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei, nos moldes indicados no item 3.2.2 deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da data assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade _____ [forma definida pela(o) CONTRATADA(O) dentre as opções do artigo 96, § 1º, da Lei 14.133/2021] no valor R\$ _____ (valor por extenso), com vigência entre ____/____/____ e ____/____/____ [240 (duzentos e quarenta) dias].

12.1.1 Caso haja renovação (prorrogação) da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a(o) CONTRATADA(O) se obriga a estender a garantia em igual período.

12.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que a(o) CONTRATADA(O) não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.2.1 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de (conforme IN 5/2017):

12.3.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato.

12.3.2 Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

12.3.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O) em sede de processo administrativo sancionatório.

12.3.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias não adimplidas pela(o) CONTRATADA(O), quando couber.

12.4 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à(ao) CONTRATADA(O) reforçá-la, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

12.5 Em ocorrendo reajustamento de preços, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção, observando-se o prazo e o limite dos itens 12.4 e 12.8, respectivamente.

12.6 A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada em até **10 (dez) dias**:

12.6.1 Ante a comprovação do pagamento das obrigações e de que foram descontadas eventuais multas aplicadas à(ao) CONTRATADA(O), finda a vigência da contratação e após o recebimento definitivo do objeto avençado.

12.6.2 Após a extinção do contrato por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

12.7 Na hipótese de liberação da garantia, quando em dinheiro, ela será atualizada monetariamente.

12.8 O atraso superior a **20 (vinte) dias** para a apresentação da garantia autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), até o limite de **5% (cinco por cento) do valor do contrato**, a título de garantia.

12.8.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à(ao) CONTRATADA(O).

12.8.2 A(O) CONTRATADA(O), a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

12.8.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item **6.6.5 do Termo de Referência** - poderá ser glosado de pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O).

12.9 Na eventual hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a(o) CONTRATADA(O) ficará desobrigada(o) de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.10 O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora/garantidor e/ou seguradora/segurador.

12.11 A(O) garantidora(garantidor) não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à(ao) CONTRATADA(O).

12.12 Será considerada extinta a garantia:

12.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a(o) CONTRATADA(O) cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12.12.2 Com o recebimento definitivo do objeto e o término da vigência do contrato, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

12.13 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O) e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo-se, conforme o caso, às previsões dos artigos 138 e 139 do referido dispositivo legal.

13.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

13.4.3 Indenizações e multas.

13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais serão regidas pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

15.2 A(O) CONTRATADA(O) é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês** (artigo 132 da Lei nº 14.133/2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei 14.133/2021.

15.5 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, e ao artigo 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

17.1 A(O) CONTRATADA(O) indica _____, CI _____, SSP/_____, CPF/MF _____, para representá-la(o) na execução do objeto do presente contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2024, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constam da Nota de Empenho _____.

18.1.1 Programa de Trabalho: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral.

18.1.2 Natureza da Despesa: Outras Despesas Correntes.

18.1.3 Fonte de Recursos: 1000 ou 1027.

18.1.4 Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

18.1.5 Plano Interno: IEF MANPRE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VINCULAÇÃO

20.1 Integram este contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 90008/2025**, seus anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O), acompanhada da documentação que a respalda.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1 Elege-se o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pelas(os) representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA(O).

(assinado e datado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)

[NOME DA(O) REPRESENTANTE]

(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA, Analista Judiciária(o)**, em 11/06/2025, às 10:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EVAN KARINE FONSECA DA SILVEIRA, Chefe de Seção**, em 11/06/2025, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WILLIÉVANES ALVES DE SOUZA LUDUVICE, Assistente**, em 11/06/2025, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1714013** e o código CRC **A18B3582**.